



Universidade Federal do Pampa

Trabalho Final de Graduação

**O SERVIÇO SOCIAL NA UNIPAMPA
CAMPUS SÃO BORJA: A REALIDADE E
AS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DAS
AÇÕES NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

**Acadêmico: William de Souza Bernardes
Orientadora: Prof^a Me. Véra Lúcia Carvalho Villar**

**SÃO BORJA/RS
2013**



WILLIAM DE SOUZA BERNARDES

**O SERVIÇO SOCIAL NA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA: A REALIDADE E AS
POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Me. Véra Lúcia Carvalho Villar

**São Borja
2013**

WILLIAM DE SOUZA BERNARDES

**O SERVIÇO SOCIAL NA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA: A REALIDADE E AS
POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de bacharel em Serviço Social.

Trabalho Final de Graduação defendido e aprovado em: 15 de Maio de 2013.
Banca Examinadora:

Prof^a. Me. Véra Lúcia Carvalho Villar
Orientadora
UNIPAMPA

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
UNIPAMPA

Prof. Me. José Wesley Ferreira
UNIPAMPA

Dedico este Trabalho Final de Graduação a todos aqueles que acreditam e contribuem para o desenvolvimento da Universidade Federal do Pampa.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Dana Rosane de Souza Trindade, pela atenção, compreensão, amizade e amor.

Ao meu pai Jaci Bernardes Filho, um exemplo de luta pela vida, pelo carinho e amor.

Ao meu irmão, Victor de Souza Trindade, pelo amor e carinho.

A toda minha família pelo apoio e solidariedade.

Aos meus colegas de turma pelo companheirismo e amizade, em especial Gislaine Pinheiro, Andrea Fão Carloto, Mauricio Krewer e Emilene Oliveira Bairro.

Aos meus colegas de universidade e de movimento estudantil, em especial Rosana da Silva dos Anjos, Paulo Martins, Jaime Peres, Jader Barcelos, Jardel Paraíba, Vinicius de Lara Ribas, Clarissa de Paula, Lucas Almada e José Flavio Moura Paula.

Aos integrantes do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da UNIPAMPA campus São Borja, Felipe Leindecker Montebianco, Tiane Alves Bitencourt e Katiúcia Pletiskaitz, pelo acolhimento às minhas contribuições ao NuDE, pelos trabalhos realizados em conjunto e principalmente pela amizade.

Aos docentes da UNIPAMPA campus São Borja, Véra Lúcia Carvalho Villar, Hamilton de Lima e Souza, Elisângela Maia Pessoa, Cesar Beras, Cristovão Domingos de Almeida, Jocenir de Oliveira Silva, Jaina Raqueli Pedersen, Jorge Alexandre da Silva e Mariléia Goin pela dedicação com a docência e contribuição para o meu desenvolvimento acadêmico.

Aos Técnicos Administrativos da UNIPAMPA campus São Borja, Luiz André Padilha, Luís Fernando Locatelli dos Santos e Manoel Eduardo Fonseca pelo trabalho realizado para a universidade.

Aos trabalhadores terceirizados da UNIPAMPA campus São Borja pelo trabalho prestado a universidade.

Aos integrantes da PRAEC, Rafaela Rios, Melissa Welter Vargas e também a Tatiane do Nascimento Maciel pelo trabalho junto à Política de Assistência Estudantil da UNIPAMPA.

LISTA DE SIGLAS

ABPESS - Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social

ACG - Atividades Curriculares de Graduação

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANEP - Associação Nacional de Empresa de Pesquisa

BM - Banco Mundial

CA - Centro Acadêmico

CAP - Coordenadoria de Apoio Pedagógico

CONCUR - Conselho Curador

CONSUNI - Conselho Universitário

DA - Diretório Acadêmico

DCG - Disciplinas Curriculares de Graduação

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FMI - Fundo Monetário Internacional

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pro-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NuDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAPE - Programa de Auxílio a Participação em Eventos

PBDA - Programa Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico

PBP – Programa Bolsas de Permanência

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PRAEC - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

PRE - Pró-Reitora de Extensão

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras

RU – Restaurante Universitário

SISU - Sistema Único de Seleção

UFPel - Universidade Federal de Pelotas

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

URCAMP - Universidade da Região da Campanha

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma apresentação reflexiva, crítica e propositiva do período de graduação em Serviço Social, com ênfase na atividade teórico-prático executada em campo de estágio vivenciado junto ao Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja, tendo como objetivo geral apontar possibilidades de ampliação das ações do profissional de Serviço Social relacionadas à Assistência Estudantil. Para isso utilizou-se referenciais teóricos das áreas da Educação, do Serviço Social e das Ciências Sociais, além de documentos institucionais, como resoluções, legislações, relatórios de gestão sobre a UNIPAMPA. Identificou-se que historicamente a educação superior brasileira foi quase que uma exclusividade das elites, e até o ano de 2007 as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) estavam em um processo de sucateamento, quando foi promulgado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), que gerou um processo de interiorização das Universidades Federais, sendo que uma das universidades criadas é a UNIPAMPA, instalada na mesorregião econômica metade sul do estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de contribuir para com o desenvolvimento dessa região. A Política de Assistência Estudantil é um conjunto de políticas realizadas nas instituições de educação, com o objetivo de contribuir com os estudantes para que consigam seus plenos desenvolvimentos acadêmicos no ensino superior e de cidadania, e atualmente é um programa de governo. Na UNIPAMPA, esta política é desenvolvida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), e no campus São Borja é operacionalizada pelo Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), que conta com uma profissional de Serviço Social. A partir disso, apontam-se possibilidades de ampliação das ações do Serviço Social na instituição, nas áreas de: mobilização dos usuários, consolidação do Serviço Social, atenção à saúde e esporte, acolhimento, alimentação, moradia, transporte, lazer, cultura, acompanhamento, Programa Bolsas Permanência (PBP), creche e material pedagógico.

Palavras-chave: Educação Superior. Assistência Estudantil. Serviço Social.

RESUMEN

El presente trabajo consiste en una presentación reflexiva, crítica y propositiva del período de graduación en Servicio Social, con énfasis en la actividad teórico-práctico ejecutada en el campo de pasantía vivenciado junto al Servicio Social de la Universidad Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja, teniendo como objetivo general apuntar posibilidades de ampliación de las acciones del profesional de Servicio Social relacionadas a la Asistencia Estudiantil. Para esto se utilizó referenciales teóricos de las áreas de la Educación, del Servicio Social y de las Ciencias Sociales, también de documentos institucionales, como resoluciones, legislaciones, informes de gestión sobre la UNIPAMPA. Se identificó que históricamente la educación superior brasilera fue casi que una exclusividad de las elites, y hasta el año de 2007 las Instituciones Federales de la Enseñanza Superior (IFES) estaban en un proceso de desarme, cuando fue promulgado el Programa de Apoyo a Planos de Reestructuración y Expansión de las Universidades Federales Brasileñas (REUNI), que generó un proceso de interiorización de las Universidades Federales, siendo que una de las universidades creadas es la UNIPAMPA, instalada en la meso región económica mitad sur del estado de Rio Grande do Sul, con el objetivo de contribuir para con el desenvolvimiento de esta región. La Política de Asistencia Estudiantil es un conjunto de políticas realizadas en las instituciones de la educación, con el objetivo de contribuir con los estudiantes para que consigan sus plenos desenvolvimientos académicos en la enseñanza superior y de la ciudadanía, y actualmente es un programa de gobierno. En la UNIPAMPA, esta política es desenvuelta por la Pró-Rectoría de Asuntos Estudiantiles y Comunitarios (PRAEC), y en el campus São Borja es dirigido por el Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), que cuenta con una profesional de Servicio Social. A partir de esto, se apuntan posibilidades de ampliación de las acciones del Servicio Social en la institución, en las áreas de: movilización de los usuarios, consolidación del Servicio Social, atención a la salud y deporte, acogimiento, alimentación, vivienda, transporte, ocio, cultura, acompañamiento, Programa Beca Permanencia (PBP), guarderías y material pedagógico.

Palabras-clave: Educación Superior. Asistencia Estudiantil. Servicio Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Linha da expansão por registro de matrículas nas instituições de ensino superior do Brasil de 2001 a 2010.....	19
Fluxograma1 – Estrutura da PRAEC.....	36
Tabela 1 – Suficiência das bolsas.....	38
Fluxograma 2 – Estrutura dos NuDEs.....	44
Fluxograma 3 – Profissionais integrantes dos NuDEs.....	44
Gráfico 2 – Evolução do percentual de evasão: comparativo entre UNIPAMPA, campus São Borja e cursos do campus São Borja.....	47
Fluxograma 4 – Outros profissionais que também integrariam os núcleos e áreas temáticas da sua atuação na assistência estudantil.....	52

SÚMARIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	16
2.1 Educação superior do Brasil.....	16
2.2 Assistência estudantil.....	23
3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA E SUAS POLITICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	32
3.1 UNIPAMPA	32
3.2 Assistência Estudantil na UNIPAMPA.....	35
4 O SERVIÇO SOCIAL E SUA REALIDADE NA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA	41
4.1 Serviço Social: Breve contextualização	41
4.2 O Serviço Social na UNIPAMPA campus São Borja.....	43
5 PROPOSIÇÕES PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA	51
5.1 Composição da equipe de trabalho	51
5.2 Possibilidades de ações do Assistente Social	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Final de Graduação em Serviço Social consiste em uma apresentação reflexiva, crítica e propositiva do período de graduação, com ênfase na atividade teórica-prática executada em campo de estágio vivenciado junto a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja, no período compreendido entre outubro de 2011 a outubro de 2012. No processo experienciado houve o acompanhamento e atuação junto ao trabalho realizado pela profissional do Serviço Social que atua na divisão de apoio aos assuntos estudantis e comunitários do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE).

Durante a realização do estágio ocorreu a aproximação junto aos usuários, compreendeu-se a materialização do processo de trabalho do Assistente Social no NuDE, onde atua com a Política de Assistência Estudantil, que é uma forma de assistência social aplicada no âmbito do ensino superior. Percebeu-se as configurações da realidade social deste profissional, como também as possibilidades de ampliação de suas ações frente à assistência estudantil.

Assim o presente trabalho tem como objetivo geral apontar possibilidades de ampliação das ações do profissional de Serviço Social junto a Política de Assistência Estudantil da UNIPAMPA campus São Borja. Os objetivos específicos são: Problematizar a realidade da Política de Assistência Estudantil no Brasil e na UNIPAMPA; Desvelar a realidade em que se realiza o trabalho do profissional de Serviço Social nesse espaço; e Evidenciar as possibilidades de ampliação das ações desse profissional.

Para a elaboração utilizou-se como técnica, o levantamento bibliográfico e documental (GIL, 2008) referentes às temáticas abordadas, relacionando-as junto aos conhecimentos adquiridos durante a graduação, e no estágio supervisionado com o intuito de alcançar os objetivos propostos.

Como referências documentais e bibliográficas, foram utilizados artigos, livros e teses relativos às temáticas de assistência estudantil e educação superior no Brasil, como também legislações pertinentes ao tema, oriundas do Governo Federal Brasileiro,

do Conselho Federal de Serviço Social e da UNIPAMPA. Estes dados foram coletados no período da graduação e de realização deste trabalho, relacionando a teoria social crítica, oriunda da formação profissional em Serviço Social, com a prática profissional.

A relevância deste trabalho se dá ao analisar o trabalho do Assistente Social no âmbito da assistência estudantil, cujo tema tem escassa produção bibliográfica, refletindo o baixo interesse dos pesquisadores, apesar de ser central para a permanência e conclusão dos alunos no ensino superior. Destaca-se a contribuição desse material para estudos sobre a temática, como também para o entendimento dessa política, como ocorre sua efetivação, quais são os limites e possibilidades de ampliação das ações nesse âmbito. Além disso, serve para pesquisadores e demais interessados nessa política que recentemente tornou-se política de governo, e que tem sua importância ao contribuir para a permanência dos estudantes no ensino superior, principalmente os advindos das camadas populares, promovendo para a democratização dessa forma de ensino.

Outro ponto relevante é o aporte à categoria profissional dos Assistentes Sociais, pois contribui ao sistematizar a atuação do Serviço Social junto a essa política, demonstrando a realidade desse profissional, as ações que estão se desenvolvendo pelos profissionais da categoria e quais são as possibilidades de ampliação de suas ações, tendo-se o conhecimento que a área tem poucos profissionais dessa profissão.

Ressalta-se também a colaboração para as instituições da área de educação que trabalham com a Política de Assistência Estudantil, pois o trabalho servirá para estudo e análise das ações perante essa política, em especial para a UNIPAMPA campus São Borja, pois possibilita a reflexão específica das ações desenvolvidas pelo Assistente Social na realidade da instituição.

Afirma-se que o estudo sistematiza a apreensão da graduação realizada, com ênfase no estágio em Serviço Social realizado na área de educação e junto à Política de Assistência Estudantil, ao qual o autor tem mantido estudos.

O primeiro capítulo - A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - discorre sobre a educação superior brasileira, seu histórico elitista, a realidade a partir dos anos de 1990, com o sucateamento das instituições públicas e expansão das instituições privadas, até a promulgação do

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007, com o intuito de reestruturar, expandir e interiorizar o ensino superior público no país. Em seguida relata-se sobre o histórico das ações focalistas da Política de Assistência Estudantil até os anos de 1980, quando foram criadas as duas frentes, o FONAPRACE e a ANDIFES, que debatem, sistematizam e defendem essa política, até que esta chega ao patamar de programa de governo, e que é a partir dessa resolução que atualmente a UNIPAMPA trabalha sua Política de Assistência Estudantil.

No segundo capítulo - A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA E SUAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - é exposta a criação, em formato multicampi, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) na mesorregião econômica metade sul do Rio Grande do Sul, que se deu a partir da política de expansão e interiorização das universidades federais do REUNI, com o objetivo de contribuir para a superação do quadro crítico de desenvolvimento dessa região. Também apresenta a Política de Assistência Estudantil na UNIPAMPA, que é gerida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), seus principais programas, em especial o de maior relevância, o Programa Bolsas de Permanência (PBP) e sua estrutura organizacional.

O terceiro capítulo - O SERVIÇO SOCIAL E SUA REALIDADE NA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA – trata sobre o Serviço Social, sua gênese e objeto de trabalho, como também é relatada a realidade do profissional de Serviço Social da UNIPAMPA campus São Borja, onde este está alocado junto a divisão de apoio aos assuntos estudantis e comunitários do NuDE, que trabalha junto a Política de Assistência Estudantil nesse campus da universidade.

No último capítulo - PROPOSIÇÕES PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA - são elencadas propostas para a composição da equipe de trabalho da assistência estudantil e de ampliação das ações do profissional de Serviço Social nesse espaço, nas áreas temáticas de: mobilização dos usuários, consolidação do Serviço Social, atenção à saúde, esporte, acolhimento, alimentação, transporte, moradia, lazer, cultura, acompanhamento, PBP, creche e material pedagógico. Junto às temáticas, são expostas as estratégias de ações.

Ao final – CONSIDERAÇÕES FINAIS – demonstra-se uma síntese da reflexão, destacando alguns pontos considerados de maior relevância para com o objetivo deste trabalho.

2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Neste capítulo, a assistência estudantil é problematizada junto à realidade da educação superior do Brasil, para que haja a apreensão das configurações das políticas de acesso e permanência no ensino superior em sua totalidade.

2.1 Educação superior do Brasil

A primeira faculdade do Brasil foi instalada em 1808 devido aos pedidos de comerciantes locais e após foram criadas faculdades isoladas em cidades importantes para a economia da época. Em 1920 foi criada a primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, que se constituiu pela junção das faculdades existentes, mantendo a autonomia de cada uma delas. No governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o então criado Ministério da Educação e Saúde Pública, constituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras¹, que vigorou até 1961, onde estabelecia que as instituições poderiam ser públicas ou privadas, sendo cursos com orientação profissionalizante (OLIVEN, 2002).

No período populista, que data entre 1945 a 1964, foi à época que consolidou o Brasil como um país urbano-industrial, pressionando assim o aumento da demanda de ensino superior, ocasionando o surgimento de 22 universidades a partir da junção das faculdades existentes e a federalização destas, criando o sistema de universidades públicas federais. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira² (LDB) é promulgada em 1961, e mantém o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país, com as faculdades isoladas, compondo as universidades como simples aglutinadoras de escolas profissionalizantes e faculdades e priorizando o ensino (OLIVEN, 2002). Sendo assim, o ensino superior era meramente profissionalizante, reforçando o caráter elitista que tinha a educação brasileira em geral.

A partir dos anos de 1960, os atores que compõem as universidades

¹ Instituído pelo decreto nº 19.815 de 1931.

² Foi enviada ao Congresso em 1948, entretanto transformou-se em lei apenas em 1961 (PEREIRA, 2008).

pressionam para a modernização da educação, e o governo institui a lei da reforma universitária em 1968, que traz como mudanças o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, regimes de tempo integral e dedicação exclusiva dos professores e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão (OLIVEN, 2002). A reforma é resultado da pressão de duas frentes, “uma vinda do interior da sociedade” (os movimentos sociais, especialmente o estudantil), e outra, “da tecnocracia do Estado” (TRIGUEIRO, 2003, p. 49), é importante lembrar que até 1968:

[...] o nível superior de ensino no Brasil funcionava para formar membros das elites para o exercício dos papéis sociais, políticos e econômicos que lhes eram atribuídos, ao mesmo tempo em que possibilitava o fortalecimento de suas redes de relações sociais, especialmente as políticas (PEREIRA, PASSOS, 2007, p.3).

A partir da lei da reforma universitária, o setor privado de ensino teve seu auge de crescimento, principalmente nas regiões periféricas dedicadas ao ensino, enquanto que o setor público estagnou, por outro lado foram as instituições públicas que desenvolveram a pós-graduação e pesquisa no país (OLIVEN, 2002). As autoras a seguir ressaltam que essa reforma:

[...] permitiu a inserção de novos atores na educação superior, contudo, ao fazer isso via ampliação do setor privado e com base no princípio da meritocracia e da equidade, não alterou, significativamente, a composição social do alunado que chega à educação superior (PEREIRA, PASSOS, 2007, p.4).

Portanto manteve-se o caráter elitista da educação, não dando condições de acesso a camada populacional que estava, e está até hoje, embora em proporções menores, a margem do ensino superior no país, servindo para a mera formação de mão-de-obra e socialização da cultura burguesa.

A Constituição Federal de 1988 garantiu a consolidação da gratuidade da educação pública, o regime jurídico único e a aplicação de 18% dos impostos federais anuais na educação (OLIVEN, 2002, p.42), a autora menciona que esta Carta Magna dispõe que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e

incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A reestruturação do capital financeiro a partir da lógica do neoliberalismo, que já estava em declínio nos países desenvolvidos, começa a ser implementada no Brasil no início dos anos de 1990, e tem como pressupostos a liberalização dos mercados, a desregulamentação das leis trabalhistas, a privatização, a mínima atuação do Estado e corte dos investimentos na área social e concentração do poder financeiro nas empresas multinacionais.

Assim, o neoliberalismo buscou um suposto controle financeiro do Estado, ocasionando um desmonte no aparato estatal público do país, sendo na realidade, um modo de mercantilizar todas as áreas da vida social que sejam possíveis e rentáveis economicamente, principalmente as em que as gerências estavam no poder do Estado, como também de globalizar o mercado, sendo isso um interesse da classe burguesa, pois “A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX, 2003, p.29).

Os direitos sociais sofreram recuos na sua construção, pois ao ingressarem cada vez mais no viés mercadológico, entraram na perspectiva de tutela, com as responsabilidades pela viabilização desses direitos sendo jogadas para o mercado, muitas vezes em forma de filantropia, inclusive a educação, onde o ensino superior público sofreu uma precarização e o setor privado cresceu, pois a política de educação na perspectiva neoliberal é regulada por instruções de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), todos representantes dos interesses burgueses, sendo que “para a OMC, os serviços são vistos como mercadorias que devem obedecer ao critério de liberação e abertura ao capital estrangeiro, de forma a maximizar os lucros das empresas que investem no setor” (LEWGOY; MACIEL, 2008, p.76). Nesta perspectiva, a educação se transforma em mais um mero item do mercado financeiro.

Nesse período, a nova LDB traz a necessidade de expansão e da diversificação das instituições de ensino superior, classificando-as em universidades, universidades especializadas, centros universitários, faculdades integradas, centros de educação

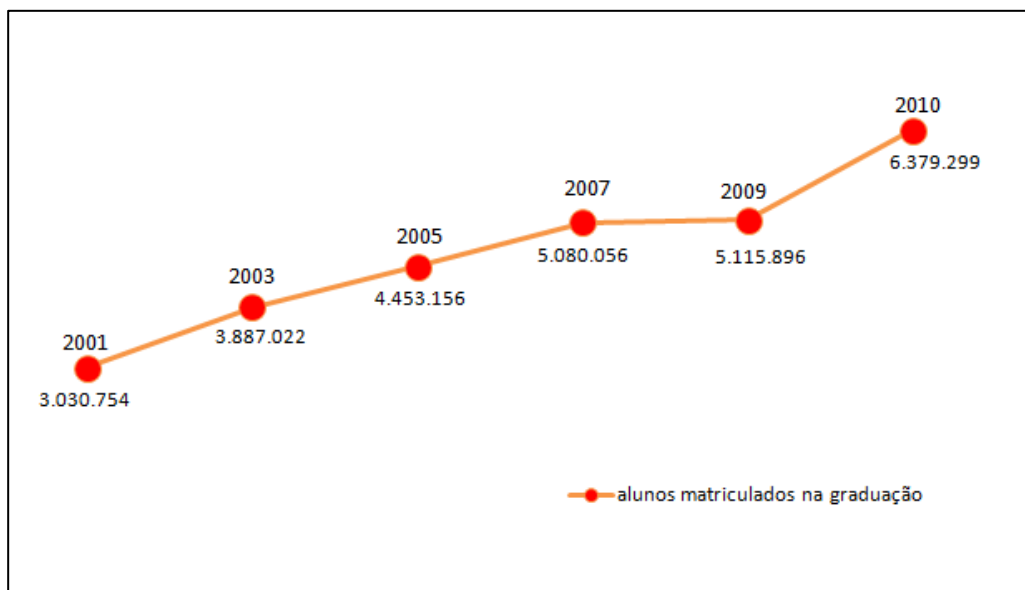
tecnológica, centros federais de educação tecnológica, institutos superiores de Educação e faculdades isoladas.

A partir dos anos 2000, o governo Federal liderado pelo então presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio “Lula” da Silva, instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) pelo Decreto nº 6.096 (BRASIL, 2007), que tem por objetivo a expansão e a reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior no país e apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior pública do país.

Ressalta-se que com o REUNI houve a interiorização do ensino superior público federal no país, e esta expansão trouxe para a realidade da educação superior brasileira a ampliação do acesso a uma educação pública, principalmente nos lugares mais periféricos, e também colabora para o processo de desenvolvimento dessas regiões, devido à função e perfil das IFES.

Os resultados da educação com esse governo foram o aumento quantitativo do ensino superior, fato que se insere no bojo das transformações econômicas, políticas, sociais do país no século XXI, que se tornou uma das economias emergentes do mundo, fazendo com que o mercado de trabalho interno exigisse maior número de mão-de-obra qualificada. Este aumento é demonstrado por Kowalski (2012):

Gráfico 1 - Linha da expansão por registro de matrículas nas instituições de ensino superior do Brasil de 2001 a 2010.



Fonte: Kowalski, 2012, p.63.

Contudo, para Zago (2006, p.228) “a expansão quantitativa do ensino superior brasileiro não beneficiou a população de baixa renda, que depende essencialmente do ensino público”, população esta que sempre esteve à margem da educação formal, pois a educação foi historicamente forjada aos interesses da burguesia, excluindo essa camada populacional. É importante destacar que houve avanço no acesso ao ensino superior, mas ainda há necessidade de maiores investimentos nesse ponto, pois:

O sistema de Ensino Público Brasileiro é um dos mais elitistas e um dos mais privatizados da América Latina, apresentando cerca de 90% de instituições privadas e apenas 10% públicas, com 73% das matrículas no setor privado e apenas 27% no setor público. Soma-se a isso uma concentração maior nas instituições de ensino superior pública (63%) com cursos no período diurno para um percentual de 27% com cursos noturnos. Tais características expressam as bases determinantes desse sistema educacional, que tem ampliado as vagas e os cursos oferecidos na graduação e pós-graduação, ao mesmo tempo em que tem reduzido os repasses de recursos públicos. Para isso o governo tem implementado um pacote de medidas legais no âmbito da nova proposta de educação superior. (CASTRO, 2010, p.158)

Entendendo a educação como “um processo de aquisição de conhecimentos,

habilidades, comportamentos, valores, etc. que permitam ao individuo tornar-se apto a participar conscientemente (mesmo que essa consciência seja limitada) da vida social (TONET, 2009, p.9)”, sendo determinado pelas necessidades das classes sociais que a materializam no seu sentido organizacional em um determinado recorte espaço temporal.

Percebe-se que a educação superior brasileira constituiu-se quase que como um privilégio da classe burguesa, que é dominante nas áreas econômicas e políticas, e com a expansão dessa modalidade de ensino, as chances de acesso e permanência dos sujeitos com menor quantidade de bens econômicos e culturais aumentaram, mas não em nível de uma real democratização do ensino superior, e estes quando ingressam nessa modalidade de ensino, necessitam de ações específicas que abarquem suas necessidades para a real possibilidade de conclusão dos estudos.

O ensino superior reflete a luta de classes da sociedade a qual está inserida, sendo neste caso, onde se evidencia a luta entre a formação somente de mão-de-obra especializada, com resultados apenas quantitativos, ou a formação de sujeitos que sejam profissionais reflexivos e críticos, que exercendo sua cidadania, colaborem com a democratização da sociedade. Percebe-se que este é um espaço de contradição, onde há interesses de classes e que faz parte do processo de produção e reprodução social, onde “a sociedade é uma totalidade organizada por esferas cuja (re) produção supõe a totalidade maior, mas se efetua de formas particulares, com regularidades próprias” (BARROCO, 2007 p.25).

Assim se a educação superior por um lado serve para a manutenção do capital e do modo de vida da sociedade burguesa, reproduzindo suas perversas formas de relações sociais, baseadas em individualismo e consumismo, e apenas produzindo mão-de-obra para o mercado, por outro, pode servir de estratégia de combate a essa hegemonia burguesa a qual a sociedade presencia, desenvolvendo os sujeitos para contribuir com uma mudança social que altere os padrões atuais de ordem capitalista através da promoção da cidadania e mobilização social. Portanto, a luta que se configura é entre educação como direito social e bem público e a educação como negócio e mercadoria.

Sendo que o profissional de Serviço Social deve ter o domínio da competência

ético-política, definida por Sousa (2008, p.121) como:

[...]um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.

E é na perspectiva de uma educação como direito, e também voltada para a emancipação humana, que a categoria dos Assistentes Sociais vai ao encontro, já que a educação deve ter como “finalidade a formação de sujeitos capazes de pensarem por si mesmos a partir do domínio dos bens culturais produzidos socialmente” (BACKX, 2006, p.122), pois de outro modo, essa política não segue a lógica de direito, fazendo com que ela não se democratize, já que quando “a educação é subordinada aos imperativos da reprodução do capital, e uma vez que ele é a matriz da desigualdade social, seria totalmente absurdo esperar que ele pudesse proporcionar a todos uma igualdade de acesso a ela.” (TONET, 2009, p.12).

Neste sentido, a educação perde seu caráter de direito universal e passa a ser mais um produto nas mãos do mercado, forçando os indivíduos a buscar essa necessidade dentro desse cenário, sendo que o poder aquisitivo torna-se fundamental para a apropriação desse bem socialmente produzido, com isso exclui-se da educação superior a maioria dos indivíduos das classes populares, além de transformá-la em um instrumento de reprodução da lógica capitalista, onde se privilegia o âmbito econômico em detrimento do social. Assim:

Todo processo de subordinação da educação à acumulação do capital compromete a qualidade da formação profissional, descaracteriza a função pública da universidade, transverte o direito a educação em “serviço”, gera o desfinanciamento da educação superior pública e desvaloriza o trabalho docente. (CFESS, 2011, p.1).

Portanto toda atuação do profissional Assistente Social na área educacional deve ser baseada pelo fortalecimento de uma política de educação como bem público, e da universidade como pública, laica, gratuita e de qualidade, voltada para a superação do viés mercadológico de interesses burgueses, apontando para a emancipação humana e a formação de profissionais éticos, principalmente dos sujeitos

que se encontram em condição de vulnerabilidade social, fortalecendo a busca pela justiça social, potencializando os laços de convivência social, desenvolvendo atitudes solidárias e participativas em um viés de coletividade, que contemple a compreensão das estruturas sociais, onde o indivíduo seja um agente que aprende e ensina.

E assim, a educação pode se tornar um recurso que contribui para a construção de uma nova ordem societária sem exploração de classes e desigualdades sociais, indo ao encontro do projeto ético-político da profissão, o que evidencia um dos princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais, que esta categoria faz “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CRESS, 2009, p.27), entendendo que a educação é parte integrante do processo de disseminação de ideias e valores da sociedade.

A real democratização do ensino superior brasileiro implica necessariamente na expansão da rede pública, efetivação e ampliação das ações para o acesso a esta modalidade de educação para as camadas populares e na manutenção e expansão dos programas de assistência estudantil.

2.2 Assistência estudantil

As políticas de assistência ao estudante surgem da necessidade do Estado responder as manifestações de desigualdade que se expressam no âmbito da educação, assim as primeiras iniciativas de ações de assistência estudantil são da década de 1930, com ações pontuais a partir das demandas dos estudantes, como moradias universitárias e programas de alimentação, com recursos próprios das universidades. A ampliação das ações ocorreu nos anos de 1970, com a criação de instâncias como os Departamentos e Coordenadorias de Assistência Estudantil e, apesar das dificuldades, a Reforma Universitária de 1968 abriu espaços para avanços significativos no âmbito das universidades (KOWALSKI, 2012).

A assistência estudantil é um conjunto de ações assistenciais realizadas nas instituições de educação, com o objetivo de contribuir com os estudantes para que consigam seus plenos desenvolvimentos acadêmicos no ensino superior e de

cidadania, tendo em vista as condicionalidades dos sujeitos durante o período de graduação. E como toda ação política, a assistência estudantil esta condicionada pelo processo econômico, político e social em que se insere a sociedade brasileira no século XX, como destaca Araújo (2003):

A discussão sobre a assistência estudantil é de grande relevância, o Brasil é um dos países em que se verifica as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento (p. 99).

A partir da redemocratização política do país, em meados de 1980, a assistência estudantil entra em uma nova fase, quando surgem duas importantes frentes políticas de discussão sobre educação e assistência estudantil, que são: a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e seu órgão assessor, o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pro-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), criadas em 1987, e que segundo Vasconcelos (2010):

Esses dois segmentos educacionais defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, com objetivo de: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa condição socioeconômica. (p. 402).

Foram essas duas frentes políticas que aprofundaram a discussão sobre a assistência estudantil, sistematizaram e que defendem a Política de Assistência Estudantil na perspectiva de direito social no país.

A assistência estudantil do Brasil está ligada a política de assistência social, por ser na realidade uma modalidade dessa política dentro da educação. Cabe lembrar também que são resultados da mobilização dos movimentos sociais que lutaram pelo fim da ditadura militar e pela promulgação da Constituição Federal de 1988, e como

registra Arcoverde (2010) “No caso as ações da assistência vão ser caracterizadas por programas e serviços de baixa qualidade e limitada de abrangência social restrita e oferecendo recursos apenas no âmbito da sobrevivência da população usuária” (p. 4).

A assistência estudantil por ser uma modalidade da assistência social, tem na sua materialização o reflexo da implementação dessa política no país, ao ter o pressuposto de dar o mínimo para a sobrevivência somente aos usuários mais carentes entre os carentes. Isso reflete a contradição de que essa política, no molde em que se realiza, não busca uma universalização, já que comumente acaba sendo destinada a criar melhores condições para o desenvolvimento acadêmico apenas para os estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica, como destaca Vasconcelos (2010):

[...] a finalidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil é prover os recursos necessários aos estudantes de baixa condição socioeconômica, afim de que os mesmos possam desenvolver plenamente sua graduação e, obterem um bom desempenho curricular, minimizando com isso o percentual de abandono, trancamento de matriculas e evasão nos cursos de graduação (p.399).

Os profissionais, portanto, acabam tendo que selecionar os mais pobres, ou seja, excluem para incluir, num processo de contradição à lógica da universalização do direito à educação. Como também, entende-se que se outras modalidades de políticas sociais se efetivassem com nível satisfatório, a assistência estudantil poderia atender seus usuários de uma forma muito mais ampla, e apenas na singularidade desses atores da educação superior, que tem sua centralidade a condição de estudantes.

Compreende-se que toda formação acadêmica e de cidadania é contínua, ou seja, sempre há conhecimentos a serem adquiridos, porém destaca-se que os graduandos em geral estão realizando os primeiros contatos científicos com a área em que estão realizando seus estudos, percebendo-se assim a maior necessidade de criar condições propícias para o ensino-aprendizagem destes.

Isto demonstra que os efeitos das decisões políticas em níveis macro perpassam as realidades específicas em que os trabalhadores e usuários da assistência estudantil estão inseridos, portanto esses devem se atentar para com a totalidade em que se encontram, pois inclusive possíveis mudanças na operacionalização das políticas

perpassam pela sua mobilização para tal objetivo, fato que se confirma ao analisarmos a história sobre as conquistas da classe trabalhadora, principalmente as que se referem aos seus direitos sociais.

A relevância dessa política aparece na pesquisa sobre Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), realizada pelo FONAPRACE (2007), adotando o critério da Associação Nacional de Empresa de Pesquisa (ANEP), que aponta:

Em condições adversas, o desempenho acadêmico é desigual. Os estudantes das classes C, D e E não dispõem de recursos para suprirem suas necessidades básicas e, ainda menos, para as despesas típicas do universitário. Para o desempenho do seu papel social, o estudante precisa de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação, participação em eventos acadêmicos e culturais. Soma-se a essas desvantagens o baixo capital cultural representado pela insuficiência de acesso à cultura como e até mesmo ao estudo de uma língua estrangeira. (p.8).

Como também vai ao encontro ao que impõe a Constituição Federal de 1988 (CF) como um dos princípios da educação, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I), e o decreto 6.096/2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em seu artigo 1º, afirma que esse "tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior". E, em seu artigo 2º, item V, que "o Programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil." E Alves (2002) complementa:

A Universidade tem a tarefa de formar agentes culturais mobilizadores que usem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania.

[...] Por isso há a necessidade da democratização do Ensino Superior, democratização essa voltada não apenas a ações de acesso à universidade pública gratuita, como também com mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (p.29).

Acrescenta-se que as diretrizes do REUNI (2007, pag.6) frisam que a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil objetiva a igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições sócio-econômicas desfavoráveis. Essa medida está diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência, de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, como Zago (2006) afirma que:

Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino. (p.228)

Essa afirmação está de acordo com o texto do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2011-2020, que menciona que as políticas para o ensino superior devem levar em consideração a meta de elevar a taxa líquida de matrícula para 33% da população de 18 a 24 anos, ampliando por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e assistência estudantil a egressos de escolas públicas:

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Estratégias

12.5 Ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico.

12.9 Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

12.10. Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação (BRASIL, 2011, p.77).

A assistência estudantil, portanto, tem bases legais para sua existência, mas sua afirmação se dá no momento em que as governanças do país reconhecem a desigualdade social no Brasil, e que devido a este fato, há um baixo número de graduandos no nível superior, e mais importante que isso, há muitas vezes um baixo desenvolvimento acadêmico dos que possuem acesso à graduação. Importante destacar que o reconhecimento dessa lógica perpassa a mobilização dos movimentos

sociais, principalmente na década de 1980, período marcado pela aprovação da Constituição Federal de 1988.

É também oportuno ressaltar que a conjuntura econômica do país no século XXI, que se tornou uma das economias emergentes do mundo, fez com que o mercado de trabalho interno exigisse maior número de mão-de-obra qualificada. Assim a educação e também a Política de Assistência Estudantil, contraditoriamente, contribuem tanto para com uma perspectiva neoliberal do Brasil, como para a democratização dos conhecimentos socialmente produzidos, que pode ocasionar a organização da sociedade em prol de outra forma de organização societária.

A educação é vista pelo ideário da classe trabalhadora como um potencializador do desenvolvimento do ser humano, enquanto que no viés burguês, ela é vista como agregador de capital ao seu instrumento de exploração, a força de trabalho.

Apesar das contradições, a Política de Assistência Estudantil é uma conquista da classe trabalhadora, afinal ela tem sido uma bandeira de luta dos trabalhadores e contribui para a universalização da educação em nível superior, atingindo principalmente os advindos dessa classe, que historicamente ficaram a margem dessa modalidade de ensino. E ao ingressar nesse nível de educação, a partir da aquisição dos conhecimentos coletivamente produzidos, podem colaborar para a defesa e aquisição de outros direitos, como também para a transformação societária na direção de emancipação de sua classe social.

Por isso, a Política de Assistência Estudantil deve ser vista como um investimento e não como despesa, sendo necessário esse investimento por parte da universidade e do Estado, pois auxilia na manutenção dos estudantes na graduação, já que a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico, ou seja, ocasiona um desperdício destes recursos.

Além disso, os profissionais de Serviço Social precisam mobilizar esforços para que a lógica dessa educação seja voltada para a emancipação humana. A partir desse direcionamento, que contemplem a profissionalização do trabalho com viés racional que considere a reflexão crítica do fazer profissional, não no viés puro mercadológico, pois esse é tecnicista e alienador. Entende-se que essas duas perspectivas estão em pleno confronto, pois essa luta é uma das faces da materialização do embate entre capital e

trabalho, que está presente na sociedade capitalista.

É importante salientar que a partir de 2010 o panorama da assistência estudantil é reconfigurado quando passa a ser uma política de Estado, com o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, como uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sendo que o avanço se dá pelo aumento significativo de verbas para a assistência estudantil investida diretamente nas IFES, como também impondo a obrigatoriedade dessas instituições para que construam a política de assistência aos graduandos, em contrapartida, não há a definição de uma rubrica específica para esta política, o que acaba não garantindo a dotação orçamentária.

O PNAES consiste em um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e métodos que orientam as ações de políticas para a permanência dos estudantes nas IFES, e resulta em um mecanismo de garantia do direito a educação, principalmente dos estudantes oriundos das camadas populares.

Em 2010 com a institucionalização dessa política, fica designado para as IFES a obrigatoriedade de realizar ações para a assistência aos acadêmicos, com isso há o avanço da também obrigação do governo repassar verbas para essa finalidade. O PNAES (2010, p.1) estabelece em no seu artigo 3º as áreas de atuação desta política:

§ 1o As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:
I - moradia estudantil;
II - alimentação;
III - transporte;
IV - atenção à saúde;
V - inclusão digital;
VI - cultura;
VII - esporte;
VIII - creche;
IX - apoio pedagógico; e
X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A assistência estudantil integra tanto ações focalizadas como universais. E as ações de moradia, alimentação e transporte são as necessidades mais emergentes à maioria dos acadêmicos quando ingressam no ensino superior, dentre os pontos que a assistência estudantil contempla. Por sua vez, essas ações, também são passíveis de

serem “bolsificadas”, cuja ação é a mais recorrente, por isso são priorizadas, e os outros pontos geralmente são deixados em segundo plano, tanto pelo limite da dotação orçamentaria para essa política, como por serem considerados menos essenciais ao desenvolvimento acadêmico e de vida dos estudantes, ocorrendo assim, a implementação de uma Política de Assistência Estudantil reduzida a benefícios focalizados e emergenciais, destinados a um público específico.

Mas o profissional de Serviço Social deve ir para além dessas ações básicas, precisa perceber a realidade onde se insere a partir da investigação, buscar alternativas e criar estratégias de enfrentamento as desigualdades encontradas, que sejam passíveis de implementação, com a perspectiva da garantia do direito a educação e pleno desenvolvimento humano dos seus usuários.

O PNAES (2010) determina que prioritariamente sejam inseridos nos programas da assistência estudantil aqueles cuja renda limita-se ao que preconiza o seu artigo 5º:

Art. 5º - Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Percebe-se a seletividade com que essa política é tratada, pois traz na sua regulamentação o recorte populacional ao qual se destina, e não induz que seja expandida essa população atendida, ao contrário, ainda incute às instituições a fixarem maiores requisitos para seleção ao direito da assistência. Mas, tendo a universidade o objetivo de contribuir para com o desenvolvimento acadêmico e de cidadania de seus estudantes, as ações de assistência podem impactar todos esses, não importando o recorte de renda. Ressalta-se que apesar disso, há uma maior necessidade dos sujeitos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pois esses residem, trabalham, se alimentam, e tem acesso à cultura e ao lazer muitas vezes de forma precária. Contudo a assistência estudantil não deve restringir-se a esses, ao contrário, deve ampliar a população beneficiada por esta política, buscando a sua universalização.

O profissional de Serviço Social contribui com esta política ao identificar os fatores sociais, econômicos e políticos que desencadeiam processos que impeçam e/ou

difícultem o acesso dos seus usuários ao direito social da educação, assim podem ser realizadas ações no âmbito da assistência estudantil para quem dela necessitar e, além disso, ela não deve se limitar apenas ao atendimento das necessidades de sobrevivência dos estudantes.

A criação do PNAES impôs a constituição de ações de assistência aos estudantes pela IFES, cabendo para as instituições organizar a gestão e operacionalização desta política de acordo com sua realidade, assim o próximo capítulo demonstra como a assistência estudantil se organiza na UNIPAMPA, e também mostra a organização administrativa dessa IFES, criada após o REUNI no estado do Rio Grande do Sul.

3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA E SUAS POLITICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Neste capítulo são relatados os aspectos relacionados à implantação e atual situação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), e como se configura a gestão, operacionalização e programas de sua Política de Assistência Estudantil.

3.1 UNIPAMPA

A mesorregião econômica conhecida por metade sul do Rio Grande do Sul começou a contar com ensino superior privado a partir de 1989, com a instalação da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), primeiramente em Bagé, e esta gradualmente foi se expandindo nas cidades da região até o ano de 2001. No início dos anos 2000, houve a mobilização da sociedade das regiões oeste e sul do Rio Grande do Sul para a federalização desta universidade comunitária (UNIPAMPA, 2013).

Devido principalmente a essa pressão popular e a política de educação superior do governo balizada pelo REUNI, foi criada a Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), uma das 14 novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) criadas durante o Governo de Luís Inácio “Lula” da Silva para realizar a interiorização da educação superior, sendo esta uma IFES que se destaca no estado do Rio Grande do Sul, pois possui a maior abrangência, estando presente na maioria dos municípios que compõem a mesorregião Metade Sul, tendo estrutura multicampi situada nas cidades de: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Outro ponto relevante para a implantação da universidade nessas localidades é que é uma região de fronteira com os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

A universidade foi implantada em 2005, a partir do Consórcio Universitário da Metade Sul, que foi um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da educação superior no estado, tendo o início das atividades acadêmicas no ano de 2006, sendo oficialmente criada pela lei 11.640 de 11 de janeiro de 2008 (UNIPAMPA, 2009). A UFPel e UFSM ficaram responsáveis pela

constituição de cinco campus cada uma, ficando o campus São Borja a cargo da UFSM.

A universidade tem por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária (BRASIL, 2008), e a instituição tem a responsabilidade de contribuir para a superação dos críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico da região em que está inserida, como também fortalecer a integração da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina (UNIPAMPA, 2009), como menciona o Projeto Institucional da UNIPAMPA:

A região em que a UNIPAMPA está inserida já ocupou posição de destaque na economia gaúcha. Ao longo da história, porém, sofreu processo gradativo de perda de posição relativa no conjunto do estado. Em termos demográficos, registrou acentuado declínio populacional. Sua participação na produção industrial foi igualmente decrescente. Em termos comparativos, destaca-se que as regiões norte e nordeste do estado possuem municípios com altos Índices de Desenvolvimento Social - IDS, ao passo que, na metade sul, os índices variam de médios a baixos. A metade sul perdeu espaço, também, no cenário do agronegócio nacional devido ao avanço da fronteira agrícola para mais próximo de importantes centros consumidores. A distância geográfica, o limite na logística de distribuição e as dificuldades de agregação de valor à matéria-prima produzida regionalmente, colaboram para o cenário econômico aqui descrito. (UNIPAMPA, 2009, p.3)

A universidade tem como princípios: a formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade; a excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas; o sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma nação justa e democrática (UNIPAMPA, 2009).

A universidade como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país.

Como também tem a visão de constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável da região e do país (UNIPAMPA, 2009).

Em relação ao perfil do egresso na instituição, a UNIPAMPA deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis (UNIPAMPA, 2009).

Faz-se necessário conhecer, de acordo com o Estatuto da UNIPAMPA (2008), como a universidade está estruturada:

- I - a Administração Superior;
- II - as Unidades Universitárias;
- III - os Órgãos Complementares.

É importante registrar como estão organizados os órgãos da Administração Superior, que dividem-se em:

I - Conselho Universitário (CONSUNI), que é o órgão máximo da UNIPAMPA, com competências doutrinárias, normativas, deliberativas e consultivas sobre a política geral da Universidade, conforme estabelece o presente Estatuto e o Regimento Geral;

II - Conselho Curador (CONCUR), que é o órgão superior de controle e fiscalização da gestão econômico-financeira da UNIPAMPA;

III - Comissões Superiores, que são órgãos consultivos, normativos e deliberativos nas áreas específicas de suas respectivas competências, com atribuições e funcionamento definidos no Regimento Geral da Universidade;

IV - Reitoria, que exercida pelo Reitor, e é o órgão executivo de planejamento, coordenação, supervisão, avaliação e controle de todas as atividades universitárias.

Ressalta-se ainda, que de acordo com o Estatuto da universidade (2009), seus recursos financeiros advêm de dotação consignada no orçamento da União; auxílios e

subvenções concedidos por entidades públicas ou particulares; doações e contribuições de pessoa física ou jurídica; renda de aplicação de bens e valores patrimoniais; receitas provenientes da remuneração por serviços prestados pela Universidade a entidades públicas ou particulares; receitas provenientes de patentes, marcas, direitos autorais e outros direitos de qualquer natureza previstos em Lei; convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou Internacionais e outras receitas eventuais.

A UNIPAMPA encontra-se atualmente em fase de implantação de suas estruturas físicas, de seu corpo de servidores e das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, buscando sua consolidação como uma IFES implantada para colaborar com a superação do crítico quadro socioeconômico da região, e o fato de ser multicampi aumenta esse desafio. Esse quadro reflete na Política de Assistência Estudantil praticada na instituição, por isso essa também se encontra em fase de implantação. Compreende-se que seja necessário para sua legitimação e contribuição para a superação dessa situação, a posição político-pedagógica dos profissionais e gestores da universidade, como também de estrutura e profissionais suficientes para o exercício profissional com qualidade.

Acrescenta-se o caráter de inovação da universidade ao proporcionar graduação em cursos relativamente novos no cenário nacional, como as licenciaturas em: Ciências Humanas e Ciências da Natureza; os bacharelados de: Enologia, Produção e Política Cultural, Engenharia de Agrimensura e Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia; e o tecnológico em aquicultura.

3.2 Assistência Estudantil na UNIPAMPA

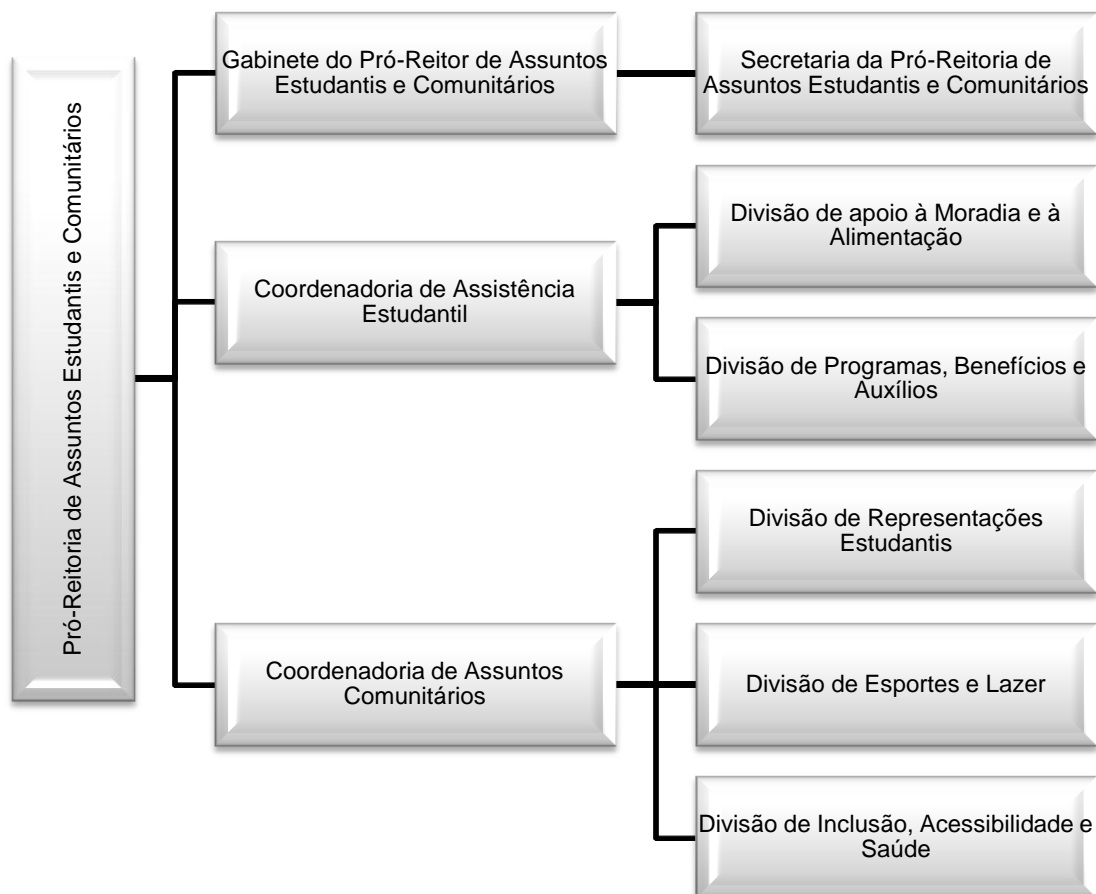
Em 2008 é criada a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da UNIPAMPA como órgão da Administração Superior da universidade, que tem sua estrutura física localizada no campus São Borja, e atua na assistência estudantil da instituição que segundo o Programa de Assistência Estudantil (PNAES, 2010), tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, assim como também reduzir a evasão e melhorar o

desempenho acadêmico. Sendo que previsto no projeto institucional (2009), a Política de Assistência Estudantil na UNIPAMPA:

[...] constituir-se-á por meio de planos, programas, projetos, benefícios e ações estruturantes e articuladas às demais políticas institucionais, a partir das seguintes dimensões: do acesso ampliado à universidade; do estímulo e da permanência do educando nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; da qualidade do desempenho acadêmico; da formação universitária cidadã, do desenvolvimento de condições à cultura, ao esporte e ao lazer; do impulsionamento às temáticas e às proposições acadêmicas dos educandos e da inclusão e da acessibilidade para acadêmicos com necessidades educacionais especiais.

Seguindo a lógica da portaria nº 1564/2011 da reitoria da UNIPAMPA, a PRAEC tem a seguinte estrutura organizacional:

Fluxograma 1 – Estrutura da PRAEC



Fonte: Elaborado pelo autor com base na portaria nº 1564 de 2011 da reitoria da UNIPAMPA.

Atualmente as principais ações desenvolvidas pela PRAEC nessa área são as seguintes: Programa Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA); Programa Bolsas de Permanência (PBP); Programa de Apoio à Instalação Estudantil; ações afirmativas e de inclusão e acessibilidade e Programa de Auxílio à Participação em Eventos (PAPE).

O PBDA foi instituído pela Instrução normativa nº 03/2009, da UNIPAMPA, e está distribuído nas bolsas de ensino, de pesquisa, de extensão e de iniciação ao trabalho técnico profissional e gestão acadêmica, consistindo na concessão dessas bolsas a acadêmicos selecionados, para a realização dessas atividades de formação acadêmica, com valor percebido de acordo com a carga horaria semanal, que são de 12, 16 e 20 horas (UNIPAMPA, 2009). Este programa tem como ponto fundamental o repasse de dinheiro mediante realização de atividades que colaboram para com o desenvolvimento acadêmico dos discentes, corroborando para que estes não necessitem buscar atividades remuneradas no mercado de trabalho local.

O PBP foi instituído pela Instrução normativa nº. 05/2009, que cumpre a finalidade de conceder bolsas a acadêmicos que se encontram em situação de vulnerabilidade sócio econômica, dividindo-se nas modalidades de bolsa alimentação no valor de R\$ 130,00, bolsa transporte no valor de R\$ 70,00 e bolsa moradia no valor de R\$ 200,00, totalizando R\$ 400,00, podendo os beneficiários acumular duas ou todas as modalidades.

Esse é o principal programa da instituição, que contempla o maior número de discentes entre os programas da Política de Assistência Estudantil, possibilitando a melhoria do desenvolvimento acadêmico e permanência desses discentes, os quais, que teriam maiores dificuldades em concretizar a graduação, ou, provavelmente, acabariam abandonando-a. Nesse caso, sendo a educação superior um direito do cidadão previsto na Constituição Federal de 1988, as políticas de assistência devem ser implementadas com o intuito de garantir além do acesso, a permanência destes na universidade.

Além disso, a pesquisa de Rios (2011, p.72) mostra que “A maioria dos alunos estabelece uma relação direta e profícua entre a bolsa PBP e o seu rendimento

acadêmico e reconhece a contribuição dos valores recebidos.” Assim, o programa esta conseguindo alcançar, em partes, o seu objetivo.

Ressalta-se que no PBP, para continuar a ser beneficiário, o discente contemplado ainda deve dar contrapartidas, previstas na Instrução Normativa nº05/09 da UNIPAMPA que dispõe sobre o Programa Bolsas de Permanência da Universidade Federal do Pampa:

Art. 8º - Os critérios para inscrição no Programa Bolsas de Permanência são:
I - Estar regularmente matriculado em curso de graduação da UNIPAMPA em, no mínimo, 20 horas/aula semanais, exceto os formandos;
II – Nos casos de renovação, apresentar desempenho acadêmico satisfatório, obtendo aprovação em, no mínimo, 60% dos créditos matriculados no semestre anterior e não tendo reprovação por frequência em nenhuma disciplina no semestre anterior;

Percebe-se que não é imposta a lógica universalista das políticas sociais, esta adentra na lógica de meritocracia, onde o os beneficiários devem ser os mais pobres entre os pobres e ter um bom desempenho acadêmico. Mas a contrapartida já reside no fato do beneficiário ser discente da universidade, pois o desempenho acadêmico insatisfatório pode estar ligado a fatores não relacionados com a questão financeira, como por exemplo, os fatores psicológicos, sociais, intrafamiliares e culturais. Por isso a necessidade da avaliação do Assistente Social durante o semestre letivo.

Por ser a maior ação da Política de Assistência Estudantil da universidade, é interessante ressaltar a percepção dos usuários sobre esse programa, em pesquisa realizada por Rios (2011), onde esses responderam sobre o quanto as bolsas do programa suprem suas necessidades na modalidade em que é recebida, sendo o resultado prescrito na seguinte tabela:

Tabela 1 - Suficiência das bolsas

Valor da bolsa	Frequência	Percentual
Totalmente	17	7,76%
Parcialmente	139	63,47%
São insuficientes	63	28,77%
Total válido	219	100,00%
Não informou	1	
Total	220	

Fonte: Rios, 2011, p. 57.

No entanto sendo que na maioria das vezes as bolsas suprem as necessidades apenas de forma parcial, percebe-se a necessidade da ampliação das ações para com as áreas de moradia, transporte e alimentação na universidade, que podem ser através do aumento do valor recebido pelos beneficiários e/ou a implementação de outras ações.

Ainda sobre os resultados dessa pesquisa, destaca-se que a modalidade que apresenta maior nível de insuficiência é o de moradia (Rios, 2011, p.72), e que o valor das bolsas não é reajustado de acordo com a inflação, o que cria uma defasagem do poder aquisitivo dos beneficiários. Os usuários elencam como uma das contribuições do PBP, a de que “sem a necessidade de trabalhar, a dedicação é integral aos estudos, o que provoca uma melhoria no rendimento” (RIOS, 2011, p.65).

O Programa de Apoio à Instalação Estudantil surgiu após a UNIPAMPA adotar como forma de ingresso o Sistema Único de Seleção (SISu), que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essa forma de seleção colaborou na democratização do acesso à universidade, assim o percentual de discentes ingressantes oriundos de outros estados do país cresceu em nível significativo, por isso a gestão da UNIPAMPA criou esse programa para beneficiar os ingressos na universidade que tenham residência fixa distante em no mínimo 500 quilômetros (KM) da cidade sede do campus, que consiste no repasse em dinheiro no valor de uma parcela das três modalidades do PBP, a fim de auxiliar a instalação dos acadêmicos na cidade onde realizarão a graduação.

Também há o auxílio emergencial, que consiste na concessão de dinheiro nos valores do PBP a discentes que ingressam em situações graves e emergenciais de

vulnerabilidade socioeconômica, com a perspectiva de mantê-los com esse auxílio até a abertura do próximo edital do PBP.

Devido à estrutura multicampi da universidade, criou-se em cada campus uma estrutura para trabalhar a Política de Assistência Estudantil na instituição, estando alocados profissionais de Serviço Social na composição dos recursos humanos para este objetivo. Assim o próximo capítulo demonstra sobre o Serviço Social no campus São Borja dessa instituição.

4 O SERVIÇO SOCIAL E SUA REALIDADE NA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA

Este capítulo expõe sobre a gênese e objeto de trabalho do Serviço Social, e também a realidade do Assistente Social no espaço sociocupacional UNIPAMPA campus São Borja.

4.1 Serviço Social: Breve contextualização

O Serviço Social “*é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade* (IAMAMOTO, 2007, p. 22) (grifos do autor)”, surgindo quando da necessidade do Estado em dar resposta às formas de desigualdade social inerentes da organização social do modo de produção capitalista, já que esse traz à tona a contradição da relação das categorias capital e trabalho, pois enquanto aumenta a socialização na produção de riquezas, contraditoriamente aumenta a concentração privada dessas riquezas produzidas. Isso tem como resultado a questão social, que suas múltiplas expressões são o objeto de trabalho do Assistente Social, explicitada por lamamoto (2007, p.203):

[...] por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho.

E é especificamente essa exploração da força de trabalho pelo capital que leva a pauperização aos trabalhadores e a sua organização de rebeldia contra essa situação. Esses dois pontos, a desigualdade e a rebeldia, são as expressões da questão da social, onde ocorrem processos de intervenção do profissional de Serviço Social, que se utiliza como base os conhecimentos das ciências sociais para intervir na realidade, assim trabalha diretamente com o ser humano no seu contexto social, que é criado pelo próprio ser e pela sociedade, e:

Fundamentalmente, a intervenção do assistente social, numa perspectiva emancipatória, volta-se para o rompimento de práticas identificadas com a

tuteladora/clientelista da relação entre Estado e sociedade, contribuindo para o surgimento de uma nova e superior prática social (ABREU, 2002, p. 212).

Com a agudização dos processos de desigualdade imposta pelo capitalismo, a classe trabalhadora eleva seu inconformismo quanto ao impacto das relações do sistema para com seu contexto social, pressionando por mudanças, e, contraditoriamente, também a burguesia requer soluções, pois a pressão dos trabalhadores desestabiliza a ordem vigente que os privilegia.

Como resposta do Estado, surgem os direitos sociais, que vão ser viabilizados pelas políticas sociais. Políticas essas que são contraditórias, pois se de um lado tentam sanar as necessidades mais urgentes da classe trabalhadora, de outro servem para amenizar os ânimos mais revolucionários dessa classe, levando à aceitação da estrutura social vigente, que é o real fator desencadeador dos processos de pauperização da população. Assim:

Essa expansão do papel do Estado, em sintonia com as tendências mundiais após a grande crise capitalista de 1929, mas mediada pela particularidade histórica brasileira, envolveu também a área social, tendo em vista o enfrentamento das latentes expressões da questão social, e foi acompanhada pela profissionalização do Serviço Social, como especialização do trabalho coletivo (BEHRING & BOSCHETTI, 2007, p. 13).

O Serviço Social é requisitado para atuar nas desigualdades criadas pelo sistema capitalista, operacionalizando a resposta do Estado para essa situação, as políticas sociais, pois estas necessitam de agentes profissionais para sua efetivação, sendo essas políticas um lócus privilegiado de atuação para esta profissão. Portanto “O assistente social é o agente de implementação da política pública” (MONTAÑO, 2009, p. 244). Entretanto ele deve ir para além da simples execução das políticas em que atua, pois atualmente se requer:

Um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade (IAMAMOTO, 2007, p.49).

Portanto, o profissional deve ultrapassar a barreira tecnicista e meramente

executor imposta ao desenvolvimento de seu trabalho, sendo um agente que realiza além da execução, também a gestão e avaliação das políticas ao qual requerem seu fazer profissional, entendendo e resignificando sua atuação a partir da realidade concreta que se molda pelos mais variados fatores.

Em geral, o Assistente Social tem uma formação crítica embasada nas várias áreas de conhecimento das ciências sociais aplicadas, que permite uma visão da realidade na perspectiva da totalidade, percebendo a historicidade e as contradições inerentes da realidade concreta.

O projeto profissional do Serviço Social se coaduna às lutas sociais da classe trabalhadora, consistindo os Assistentes Sociais também trabalhadores, portanto também vendem sua força de trabalho, sendo que “A prática do assistente social situa-se numa perspectiva crítica, e se faz participante da transformação social”, segundo Novais (2001, p. 13), transformação essa para o surgimento de uma sociedade justa e igualitária, como preconiza o projeto ético-político da categoria profissional dos Assistentes Sociais, o qual é composto pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93), o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução 273/93) e pelas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social³.

4.2 O Serviço Social na UNIPAMPA campus São Borja

A inserção de Assistentes Sociais na universidade se deu no ano de 2010 através de concurso público, e no campus São Borja a profissional atuava ligada à secretaria acadêmica, sendo que não existia uma sala própria para a profissional, precarizando o trabalho desta, pois sua maior demanda era a avaliação do PBP, portanto uma sala para suas atividades apresentava-se como fundamental, pois de acordo com o Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993), é direito do Assistente Social manter sigilo profissional (CFESS, 2011), como também a Resolução nº 493/2006 que no seu art. 1º impõe a obrigatoriedade de espaço físico para atendimento dos usuários do Serviço Social (CRESS, 2009).

Em 2011, a partir da portaria número 1.564/2011 da UNIPAMPA, que instituiu a

³ Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social - ABPESS (1999).

estrutura organizacional da universidade, foi criado o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) nos campus, como órgão responsável pelo atendimento de docentes e discentes do campus na área do desenvolvimento educacional, visando a qualidade do trabalho pedagógico e estudantil.

Esse espaço trabalha a partir das demandas apresentadas na busca por alternativas que favoreçam os processos de ensino/aprendizagem, bem como o acesso e permanência na instituição. Apesar de não haver regimento oficial, o núcleo segue a lógica de uma sugestão de emenda aditiva para o Regimento do Campus, com a seguinte estrutura:

Fluxograma 2 – Estrutura dos NuDEs



Fonte: Elaborado pelo autor com base em sugestão de emenda aditiva⁴

Assim a divisão de apoio aos assuntos estudantis e comunitários trabalha na Política de Assistência Estudantil do campus, e os NuDEs têm como previsão contar com os seguintes profissionais: Técnicos em assuntos educacionais; Pedagogos, Assistentes Sociais e outros profissionais de áreas afins, conforme o fluxograma a seguir:

Fluxograma 3 – Profissionais integrantes dos NuDEs

⁴ Sugestão de emenda aditiva produzida em 2012 por Grupo de Trabalho formado por integrantes dos NuDEs da UNIPAMPA.



Fonte: elaborado pelo autor

Atualmente compõe o NuDE no campus São Borja, uma Assistente Social, na divisão de apoio aos assuntos Estudantis e Comunitários, e dois técnicos em assuntos educacionais, com a previsão de abertura para a seleção de um profissional da pedagogia, estando alocados um espaço próprio, que conta com duas salas, sendo uma utilizada pela profissional de Serviço Social para atendimentos aos usuários.

Há um avanço na criação de um núcleo que integre uma seção para a implementação da Política de Assistência Estudantil, pois facilita o desenvolvimento de um trabalho articulado, inclusive com profissionais da outra divisão, sendo que a atuação multidisciplinar se dá no NuDE em algumas ações em conjunto, como em realização de pesquisas, como por exemplo, a pesquisa sobre o perfil dos ingressos e a evasão no campus, a recepção aos ingressos na universidade, atendimento geral aos discentes e também na realização de atividades como o projeto de extensão “Conhecendo a UNIPAMPA: um incentivo aos alunos do ensino médio de São Borja”.

Esse último projeto traz aos estudantes do ensino médio da cidade em situação de vulnerabilidade socioeconômica, informações sobre o que é universidade, método de ingresso a UNIPAMPA campus São Borja e quais os cursos existentes, colaborando com a democratização do acesso ao ensino superior, incentivando uma parcela da população que historicamente esteve à margem dessa modalidade de ensino, ingressarem na mesma.

Em São Borja, nesse espaço sócio ocupacional, a população usuária do Serviço Social é composta pelos discentes de graduação da universidade, que formavam um universo de 675 indivíduos no período do 1º semestre letivo de 2012, e a quantidade de beneficiários do PBP era de 264 (UNIPAMPA, 2012).

O profissional de Serviço Social na UNIPAMPA objetiva contribuir para a permanência e o pleno desenvolvimento acadêmico dos usuários, através de programas e projetos assistenciais que intervenham nas questões, principalmente

socioeconômicas, que dificultem ou impeçam a materialização do direito a educação desses.

O assistente social no seu cotidiano de trabalho vivencia diversos aspectos e dimensões do processo de reprodução social, sendo que as demandas advindas nesse espaço são principalmente vulnerabilidades econômicas e sociais e a dificuldade ou falta de acesso à educação na instituição de portadores de necessidades especiais. Ressaltando-se que muitas destas questões estão relacionadas ao contexto de vulnerabilidade em que vive parte da população estudantil, e do país, devido à pauperização, precariedade nas condições e relações de trabalho e condição de subalternidade.

Os principais aspectos para a manutenção desses usuários no ensino superior são descritos por Zago (2006, p.228): “financiamento dos estudos, moradia, transporte, alimentação, saúde, condições e hábitos de trabalho, relações com o meio de origem e com o meio estudantil, cultura e lazer”. As expressões da questão social podem estar presentes nesses fatores, fazendo com que esses discentes não consigam permanecer e concluir seus cursos de graduação, assim o profissional de Serviço Social deve investigar, desvelar e intervir nessas expressões para auxiliar à viabilização do acesso a educação dos usuários.

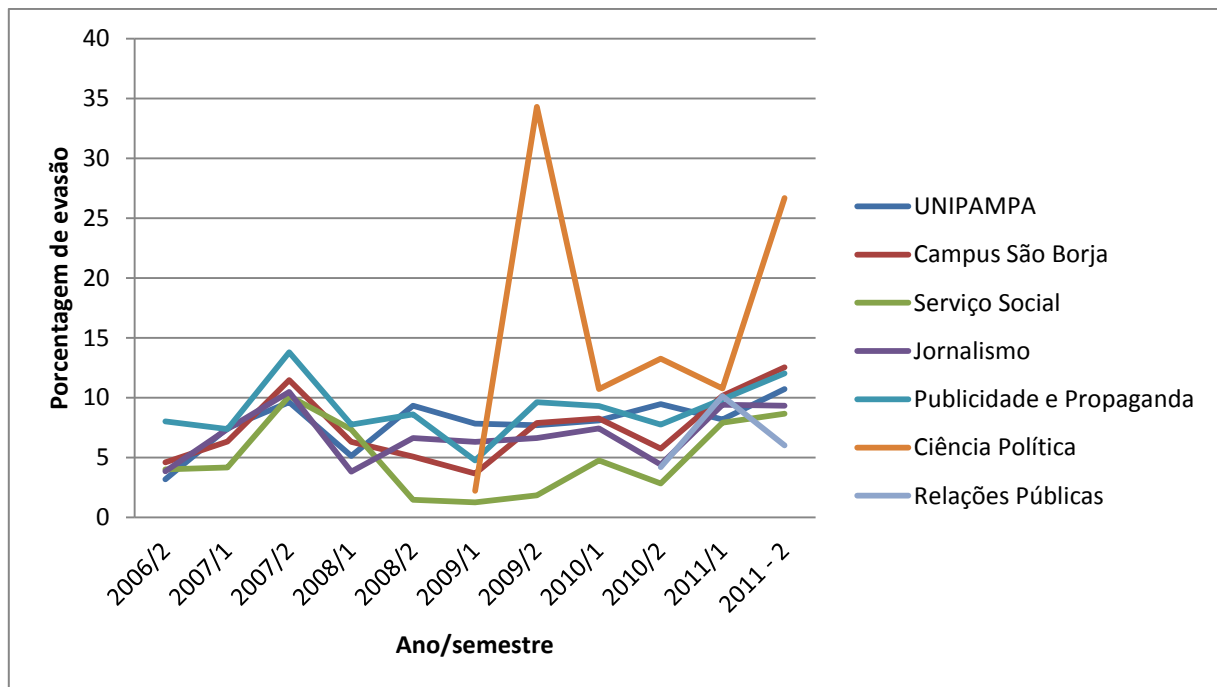
É importante enfatizar a atenção aos usuários oriundos de fora da cidade sede do campus, em relação à adaptação destes a um modo de vida diferente ao qual estavam habituados, muitas vezes havendo a fragilização dos vínculos sociais, ao perderem o contato direto e contínuo com suas relações sociais.

Muitos discentes entram em situação de vulnerabilidade econômica ao ingressarem na condição de estudante de ensino superior, devido à graduação exigir grande tempo de dedicação às atividades acadêmicas, obrigando-os muitas vezes a escolher entre a graduação ou atividades remuneradas, pois as atividades acadêmicas não se dão apenas no ensino em sala de aula, mas também em pesquisas, projetos de extensão e participação em atividades científicas, que por isso requerem um grande dispêndio de tempo dos estudantes.

Assim limita-se a possibilidade da realização de atividades remuneradas dos acadêmicos, que necessitam de recursos para prover suas condições mínimas de

sobrevivência. E mesmo os cursos noturnos, que poderiam possibilitar essas atividades não acadêmicas remuneradas, apresentam uma grande evasão devido à dificuldade dos discentes de conciliar as atividades acadêmicas ofertadas no processo de ensino, pesquisa e extensão, como mostra a pesquisa intitulada “A Evasão na UNIPAMPA – Campus São Borja: Diagnóstico e Direcionamentos” realizada pelo NuDE, onde o curso noturno de Ciências Sociais – Ciência Política teve a maior porcentagem de evasão do campus, como demonstra o seguinte gráfico:

Gráfico 2 – Evolução do percentual de evasão: comparativo entre UNIPAMPA, campus São Borja e cursos do campus São Borja.



Fonte: Pesquisa “A Evasão na UNIPAMPA – Campus São Borja: Diagnóstico e Direcionamentos” (NuDE São Borja, 2012)

O gráfico destaca a discrepância de evasão no curso noturno citado acima em relação aos demais do campus. A mesma pesquisa evidencia que a dificuldade de conciliar estudo e trabalho remunerado foi citado pelos estudantes como potencial fator de evasão (NuDE, 2012, p.20). Desconsidera-se para esta análise o curso noturno de Relações Públicas, porque no período em que a pesquisa foi realizada, esse tinha apenas duas turmas constituídas, enquanto que os outros cursos tinham quatro turmas.

Com isso reforça-se a necessidade da materialização de mecanismos que sejam efetuados pela universidade que colaborem para a permanência dos discentes nos cursos de graduação, como a expansão dos atuais programas e efetivação de novos que contemplem outros aspectos do modo de vida dos graduandos.

A partir disso, percebe-se a relevância da implementação da Política de Assistência Estudantil, como também de bolsas de desenvolvimento acadêmico, onde os usuários conseguem recursos financeiros para sua manutenção e ao mesmo tempo desenvolvem suas aptidões acadêmicas. Essas atividades colaboram para o desenvolvimento da sociedade em geral, por isso deve haver o empenho para a ampliação dessa modalidade de bolsas no ensino superior.

Dentro da instituição, a imagem do trabalho do Assistente Social e do NuDE é ligada ao repasse de bolsas oriundas do PBP e de organização de listas para transporte para eventos acadêmicos. Assim, o PBP é personificado na imagem da profissional de Serviço Social, remetendo esse programa às ideias de tutela, de clientelismo e paternalismo. Para combater isso, a profissional expõe o programa como um direito aos seus usuários quando há espaços de diálogo com esses.

Apesar do PBP ser o maior programa de assistência estudantil da instituição, o trabalho dos profissionais do núcleo vai para além dessa atividade, como já descritas, e partir do ano de 2012, o NuDE começou a contar com um plano de ações confeccionado pela equipe do núcleo, que estabelece atividades permanentes inclusive para a divisão de apoio aos assuntos estudantis e comunitários, sem contar com casos específicos de atendimento aos usuários que surgem durante o cotidiano profissional, como: problemas na estrutura da instituição relacionados à acessibilidade, pedido de reintegração ao PBP e pedido de auxílio emergencial. Verifica-se assim que o Serviço Social não está consolidado na instituição, onde também pode ser realizado um trabalho de publicização da profissão.

E em relação ao PBP, atualmente o usuário realiza o pedido para sua integração ao programa, entrega documentos que comprovem sua vulnerabilidade econômica e esses documentos são analisados pela Assistente Social. A profissional apenas realiza entrevista com algum discente que tenha entregado os documentos contendo erros. Entende-se que, no mínimo, uma entrevista deveria ser realizada com todos os

usuários que realizassem o pedido de entrada ao programa.

O uso da entrevista como um instrumento do assistente social é bem definido por Sousa (2008):

Mas se defendemos a democracia e o respeito à diversidade como valores éticos fundamentais da nossa profissão, o momento da entrevista é um espaço que o usuário pode exprimir suas idéias, vontades, necessidades, ou seja, que ele possa **ser ouvido** (em tempo: ser ouvido não é concordar com tudo o que usuário diz). (pag.127)

Portanto, a entrevista deve ser realizada com o objetivo de ir para além da simples averiguação da veracidade dos documentos, pois segundo Lewgoy (2009):

O instrumento básico de trabalho do assistente social, a linguagem, envolve atividade que dependem de habilidades como o escutar, mas também decodificar e traduzir conteúdos estabelecidos nas relações e vínculos sociais com os sujeitos junto aos quais atua. (p.156)

Portando esse instrumento deve servir principalmente para entender o modo de vida desses indivíduos, possibilitando o desvelamento de possíveis expressões da questão social inseridas no contexto de vida desses sujeitos. Pode haver casos em que se expressem mais de uma manifestação de desigualdade, e o profissional de Serviço Social, a partir de aproximações sucessivas, pode perceber, além das expressões aparentes, outras demandas dos usuários. Para isso, o profissional deve ser investigativo e propositivo para poder viabilizar o acesso à educação e pleno desenvolvimento acadêmico e de cidadania de seus usuários.

O NuDE trabalha em interface com a PRAEC e a Pró-reitoria de Graduação, através de uma de suas divisões, a Coordenadoria de Apoio Pedagógico (CAP) da UNIPAMPA, portanto não se subordina a nenhuma dessas Pro-reitorias. Na Política de Assistência Estudantil da UNIPAMPA, a PRAEC responsabiliza-se pela gestão geral da política, como a captação de recursos junto à reitoria e órgãos federais, destinação desses recursos e a definição de ações, cabendo a divisão responsável dos NuDEs, a operacionalização da Política de Assistência Estudantil na universidade. Assim, percebe-se que apesar de não haver hierarquia, as divisões de assuntos estudantis e comunitários dos NuDES têm uma grande dependência da PRAEC para atuar, devido a

Pro-reitoria concentrar os recursos financeiros desta política, sendo necessária a participação dos componentes dos núcleos para com a gestão da Pro-reitoria, democratizando-a para que não haja uma implementação tecnicista e fragmentada da Política de Assistência Estudantil na instituição.

Até o ano de 2012, a instituição não possuía uma regulamentação de sua Política de Assistência Estudantil, sendo este fato um reflexo da situação da própria universidade que está em implantação, mas a constituição dessa regulamentação estava em processo de construção.

A partir dessa análise da realidade do Serviço Social na UNIPAMPA campus São Borja, o próximo capítulo demonstra proposições de ações para o Assistente Social dessa área e de composição da equipe de trabalho da Política de Assistência Estudantil nesse espaço.

5 PROPOSIÇÕES PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA

A seguir estão dispostas as proposições para a assistência estudantil da UNIPAMPA campus São Borja e as possibilidades de ações do Assistente Social nesse espaço socioocupacional.

5.1 Composição da equipe de trabalho

Por atuar em questões de grande complexidade de interação entre fatores e processos, a Política de Assistência Estudantil deve ser realizada na universidade por uma equipe multiprofissional trabalhando de forma articulada para melhor efetivar-se, que deve ser composta necessariamente de Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagogos, atendendo as condições psíquicas, sociais e pedagógicas dos estudantes, que são pontos onde podem surgir demandas que ocasionam dificuldade ou impossibilidade do desenvolvimento acadêmico e pessoal dos usuários.

Assim as ações da assistência estudantil devem ir para além do atendimento das necessidades imediatas dos usuários e do simples amparo financeiro, para contemplar os aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos, propiciando um ambiente favorável para o pleno desenvolvimento acadêmico e de cidadania.

Portanto realizar ações nessas áreas poderá propiciar condições benéficas para o pleno desenvolvimento dos discentes, entendendo que este é o objetivo dessa política, pois a universidade deve fomentar propostas e alternativas para que os discentes tenham o pleno desenvolvimento, sendo que:

Cidadania é a capacidade de conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 2008, p.50-51).

Colaborando, assim, para a inserção destes ao mercado de trabalho e também que ocorra o aproveitamento de suas realizações científicas.

É fundamental acrescentar que as equipes podem contar com outros

profissionais, que atuando de forma articulada podem colaborar para os objetivos propostos pela Política de Assistência Estudantil. Este ponto vai ao encontro do artigo 10-d do Código de Ética dos Assistentes Sociais, onde infere que é um dos deveres dos profissionais de Serviço Social para com as relações com outros profissionais, o incentivo à prática interdisciplinar (CRESS, 2009). Há a necessidade, portanto, de uma rede de parcerias, sendo este um sistema de conexões e intercâmbios entre profissionais e instituições para potencializar seus recursos e melhor efetivar suas ações.

Os outros profissionais que podem compor os núcleos para desenvolver a assistência estudantil na universidade são: Fonoaudiólogos; Interpretes de Libras; Nutricionistas; Enfermeiros; Profissionais de Educação Física; Educadores Especiais; Produtores Culturais e Relações Públicas. Estes atenderiam as seguintes áreas temáticas previstas no PNAES (2010):

Fluxograma 4 – Outros profissionais que também integrariam os núcleos e áreas temáticas da sua atuação na assistência estudantil.



Fonte: Elaborado pelo autor

Desse modo, os núcleos atuariam multidisciplinarmente, portanto, qualquer ação em uma área temática pode ter a colaboração de mais de um profissional, o

fluxograma acima auxilia para melhor compreender a área em que cada profissional terá maior atuação. E os profissionais de Relações Públicas atuariam em todas as ações, pois trabalham com a comunicação, que perpassa todas as realizações.

Os profissionais de Nutrição, Produção Cultural e Relações Públicas podem não pertencer diretamente aos núcleos, podendo pertencer ao quadro da instituição e realizarem atividades juntos à assistência estudantil quando necessário.

A atuação em parceria, inclusive, deve ser estendida para além da divisão de apoio aos assuntos estudantis e comunitários do NuDE, pois precisam ser estabelecidas parcerias com as instituições do município. Como reforça esta ideia o projeto de pesquisa “A Evasão na UNIPAMPA – Campus São Borja: Diagnóstico e Direcionamentos” (NuDE, 2012) que destaca:

Os fatores que levariam os alunos a evasão mais citados no curso de Ciência Política, assim como no curso de Serviço Social, são aqueles que dizem respeito às condições de infraestrutura (moradia, transporte, alimentação, geração de renda, atenção do poder público, etc.) proporcionadas pelo município de São Borja (38%). (pag. 26)

Inclusive este mesmo estudo traz como um de seus direcionamentos de combate à evasão o:

Estabelecimento urgente de parcerias no campo da moradia, da alimentação, do transporte e do lazer com empresas, instituições, entidades, etc. do município de São Borja, visto que a falta destes se mostrou como a principal potencial causa da evasão. Pesquisa “A Evasão na UNIPAMPA – Campus São Borja: Diagnóstico e Direcionamentos” (NuDE, 2012, p.25).

Os estabelecimentos de parcerias, entretanto, devem ir além das áreas de bens e serviços descritas, precisam também buscar parcerias com agentes da comunidade, e para ações voltadas para outros pontos que o PNAES preconiza, como a atenção a saúde, cultura, esporte e creche.

5.2 Possibilidades de ações do Assistente Social

O profissional de Serviço Social deve propor e defender projetos passíveis de

implementação junto a gestão da instituição para conseguir realizar sua atividade profissional com maior êxito, tendo em vista que:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes do cotidiano*. Enfim, ser um profissional *propositivo e não só executivo* (IAMAMOTO, 2007, p.20) (grifos do autor).

Pode ocorrer que os Assistentes Sociais ao se inserirem em espaços socioocupacionais, limitem suas ações ao atrelarem essas a somente às atividades demandadas pela instituição, que quase sempre são focalistas e requerem urgência na sua operacionalização, como também por não conseguirem criar estratégias de ação, ou criarem estratégias que não estejam ao alcance de realização, sendo que um dos empecilhos mais presentes é a falta de recursos financeiros. Com isso, geralmente, entram na dicotomia entre sua formação crítica e seu fazer apenas ajustado ao que lhe é imposto pela instituição, não conseguindo efetivar a relação crítica entre teoria e prática.

Muitas das atividades demandadas pelas instituições consomem grande parte do tempo de atividade profissional, contudo o Assistente Social deve ir para além das atividades impostas, conquistando espaços para desvelar demandas do Serviço Social que não estão aparentes, a partir de uma atitude reflexiva e crítica, pois esse deve “se saturar de conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade sobre a qual e com a qual se está interagindo” (MONTAÑO, 2009, p.199), realizando intervenções que vão ao encontro do projeto ético-político da categoria profissional, pois não pode ser um mero executor de tarefas administrativas.

Portanto, o trabalho do Assistente Social na UNIPAMPA campus São Borja, que se define por ser “[...] *um tipo de trabalho especializado que se realiza no âmbito de processos e relações de trabalho*” (IAMAMOTO, 2007, p.93), não deve se restringir a realização dos estudos socioeconômicos vinculados aos programas de assistência estudantil, concessão de bolsas e definição das condições de acesso à universidade. A ação profissional objetiva desvelar os processos de desigualdades sociais inseridos nesse espaço e realizar atividades que vão para além das propostas pela instituição,

criando processos sociais emancipatórios aos seus usuários, pois “A competência profissional está alicerçada, portanto, em projetos de transformação social cujos princípios estão vinculados à liberdade, à equidade e à democracia” (LEWGOY, 2009, p.37).

Além disso, como as outras divisões de assuntos estudantis e pedagógicos dos outros NuDEs, a de São Borja não detém recurso financeiro próprio, o que dificulta a realização de atividades que estejam além das impostas pela PRAEC, atividades essas que poderiam contemplar a realidade específica do campus. Entende-se que o profissional de Serviço Social pode conseguir recursos financeiros a partir da adaptação de alguma de suas atividades como projeto de extensão junto à Pró-Reitora de Extensão (PRE) da universidade, e de recurso material, como veículo institucional, junto à coordenação acadêmica do campus. A seguir expõe-se as possibilidades de ações para o profissional de Serviço Social desse espaço, contendo a área a ser trabalhada e as estratégias a serem implementadas.

1. Mobilização:

O profissional pode realizar atividades que mobilizem os usuários criando focos de resistência para a defesa de seus direitos sociais, políticos e civis, podendo também defender o direito a uma educação pública, laica e de qualidade, a partir dos interesses da classe trabalhadora. A mobilização traz a esses usuários a possibilidade da compreensão crítica, reflexão e tomada de decisão diante da realidade e das questões que envolvem seu cotidiano como discentes e cidadãos.

O profissional também pode mobilizar além dos discentes, outros agentes da universidade, como os docentes, gestores, demais trabalhadores da instituição e representantes da sociedade civil organizada para o controle social da gestão da universidade, ações assim colaboram para consolidar a democracia, entendida como “a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo, e em consequência, no controle da vida social” (COUTINHO, 2008, p.50).

Essa ação vai ao encontro do 4º princípio do Código de Ética dos Assistentes

Sociais, que é defesa do aprofundamento da democracia (CRESS, 2009, p.27), e da competência prevista no artigo 4º da Lei de Regulamentação da Profissão, que infere “V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (CRESS, 2009, p.18).

Para realizar a mobilização, deve-se estimular a participação desta população específica para com as questões políticas que envolvem interesses de seu coletivo e da sociedade em geral. As ações para estimular essa participação se traduzem em trabalhar com a realidade social dos usuários e trabalhar com a realidade cultural destes, introduzindo a reflexão desta cultura e introduzindo novos valores (SOUZA, 2010).

Estratégia:

O profissional pode iniciar a mobilização realizando assessoria ao movimento estudantil do campus, pois considera-se este um tipo de movimento social, e que “Movimentos sociais são formas de enfrentamento das contradições sociais que se expressam em reações coletivas a algo que se apresente como bloqueio ou afronta aos interesses e necessidades coletivas de determinado grupo social” (SOUZA, 2010, p.99).

A assessoria a estes movimentos é uma das competências dos Assistentes Sociais, prevista no inciso IX do artigo 4º da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, onde infere “IX – Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;” (CRESS, 2009, p.19).

O movimento estudantil da UNIPAMPA campus São Borja está organizado em: Centro Acadêmico (CA), que representa todos os discentes do campus e Diretório Acadêmico (DA), que representa todos os alunos de um curso em específico. Atualmente o CA não está em funcionamento, e o movimento estudantil do campus São Borja está desarticulado, nem todos os cursos possuem diretório acadêmico, e os que possuem não conseguem mobilizar a maioria de seus integrantes, sendo participação dos acadêmicos em geral muita baixa.

Assim o profissional deve primeiramente fomentar a constituição de todos os DAs, aproximá-los das representações em nível nacional, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), suas executivas nacionais e entre si para que o CA entre em funcionamento, melhorar a comunicação dos diretórios com os demais discentes, criar estratégias de financiamento e incentivá-los a participarem de modo efetivo da gestão do campus. Também há a necessidade de realizar contatos com as entidades da sociedade civil organizada, como associações de bairros, de sindicatos, associações de trabalhadores e similares.

A partir disso o trabalho deve voltar-se para o preenchimento e para o efetivo funcionamento das vagas dispostas para os representantes dos discentes e da comunidade no fórum de deliberações do campus, instigando a difusão de informações e debate sobre as decisões tomadas nesse espaço junto à comunidade acadêmica, assim democratiza esse espaço de controle social e realiza um avanço no processo de gestão do campus.

Inclusive o próprio profissional de Serviço Social pode ocupar cargos dentro da gestão do campus, pois este é o local político de definição das ações da universidade, e tendo a categoria profissional um projeto ético-político que vai ao encontro dos interesses da classe trabalhadora, o profissional inserido neste espaço deve defender para que as ações da instituição sejam voltadas aos interesses dessa classe na comunidade onde está inserida. E a Política de Assistência Estudantil é uma dessas ações, portanto, a defesa do aprofundamento dessa política é necessário para que ela seja um dos pontos que contribuam para a democratização do ensino superior representada pela UNIPAMPA, ao viabilizar a permanência dos usuários da instituição que estão em situações de vulnerabilidades socioeconômicas.

2. Consolidação:

Em geral a comunidade acadêmica não conhece o trabalho realizado pelo profissional de Serviço Social e da divisão de assuntos estudantis e comunitários do NuDE, como também não conhecem a especificidade destes, o que dificulta o fazer profissional. Conforme Lewgoy (2009, p.108) "A identidade profissional, todavia, não

tem uma localização pessoal, espacial ou temporal delimitada; ela vai se construindo durante o processo de formação e continua no exercício profissional”.

Assim, a consolidação da atuação desses se dá a partir de vários fatores, principalmente das ações realizadas pelo núcleo e pelo Assistente Social, sendo que esse necessita construir ações que legitimem seu exercício profissional, que deve ter como alicerce as competências e atribuições previstas para o Serviço Social, com vistas ao projeto ético político da categoria. Contudo, pode haver ações específicas para esse fim.

Estratégias:

A partir de parcerias com estudantes das áreas de comunicação social do campus, podem ser realizadas ações para a melhoria da comunicação entre a divisão de apoio aos assuntos estudantis e comunitários do NuDE e a comunidade acadêmica.

Pode ser confeccionado anualmente um relatório sistematizado, contendo análises quantitativas e qualitativas das ações realizadas durante este período pelo Núcleo, publicizando à comunidade acadêmica. Também pode ser confeccionado um folder sobre a ação específica do trabalho do Assistente Social, sendo entregue aos recém-ingressos na universidade. Para a realização destas duas ações, pode haver também o estabelecimento de parceria junto a Assessoria de Comunicação Social (ACS) da universidade, que se localiza no próprio campus São Borja.

3. Atenção à saúde e esporte:

A saúde é um dos direitos sociais previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988, enquanto que a mesma impõe no seu artigo 217 que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um [...] (BRASIL, 1996, p. 44)”.

A atenção à saúde e ao esporte são áreas de atuação previstas no PNAES (2010), e que não tem nenhuma ação na UNIPAMPA campus São Borja atualmente. A manutenção da saúde do estudante torna-se básico para que este consiga desenvolver

com nível satisfatório suas atividades acadêmicas, pois quadros patológicos na saúde física e mental são fatores que ocasionam desde pequenas interrupções, até evasão dos graduandos no ensino superior.

É imprescindível ser fomentada a prática esportiva para os discentes da universidade, já que esta prática colabora para a manutenção da saúde física, serve como espaço de lazer para esses e incentiva ao convívio social.

Além da saúde física, há a necessidade da realização de ações para a atenção à saúde mental dos graduandos, que se evidencia na pesquisa realizada pelo FONAPRACE (2004), mostrando que dos estudantes das IFES brasileiras, os que apresentam crise emocional durante o último ano do curso são 36,95% do total e 39,5% apresentam esses sintomas no início do curso. Destaca-se também a pesquisa sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES (FONAPRACE, 2011), que aponta:

Dificuldades emocionais se incluem entre os fatores que afetam o desempenho acadêmico. Quase metade dos estudantes vivenciou crise emocional no último ano. Dificuldades de adaptação a novas situações envolvendo, por exemplo, adaptação à cidade, à moradia, ou separação da família, entre outras, foi reportada como significativa por 43% dos estudantes. (p.44)

Portanto a realidade dos estudantes perpassa as atividades acadêmicas, ressaltando-se que os advindos de fora da cidade sede do campus possuem maior probabilidade de apresentar dificuldades psicológicas devido à mudança da sua realidade cotidiana.

Estratégias:

O profissional de Serviço Social nesta área deve ater-se a sensibilizar os acadêmicos para o cuidado com a saúde física e mental, para que estes consigam criar hábitos saudáveis em relação à saúde. Se a divisão de assuntos estudantis e comunitários do NuDE contasse com os profissionais de Psicologia, Nutrição, Enfermagem e Educação Física, estes realizariam ações de sensibilização dos discentes para a criação de hábitos saudáveis relativos à: alimentação, principalmente

aos oriundos de fora da cidade; a prevenção de fatores de risco a saúde; a manutenção da boa saúde mental e a prática de atividades físicas adequadas, tendo o Assistente Social a função de identificar as possibilidades locais para a realização destas atividades físicas e fomentar a utilização desses espaços pelos acadêmicos.

Na realidade atual, o estabelecimento de parcerias com as entidades do município se fazem necessárias, como por exemplo, o poder executivo municipal, para que estes profissionais da área da saúde realizem as atividades descritas. Para isso o profissional de Serviço Social pode ter apoio dos gestores do campus.

Para além dessa sensibilização, o Assistente Social também pode estabelecer parcerias com a rede pública municipal de saúde, com o intuito de agilizar o processo de confecção de carteiras do Sistema Único de Saúde (SUS) para os estudantes não oriundos da cidade sede do campus, conhecer a rede pública de atendimento para melhor informar a qualquer discente que tenha necessidade do uso dessa rede e junto à iniciativa privada promover descontos nessa área para atendimento aos discentes.

4. Acolhimento:

O acolhimento dar-se-á no período inicial do ingresso do discente na universidade, tendo como objetivo integrar os acadêmicos ao ambiente universitário e orientá-los quanto ao funcionamento da universidade, bem como aos alunos oriundos de fora da cidade sede do campus, essa ação também serve para integra-los à cidade, conhecendo sua cultura e realidade. Em todas as ações dessa área, a presença dos profissionais de Relações Públicas, Produção Cultural e de discentes das áreas de comunicação do campus torna-se necessária para melhor atingir os objetivos propostos.

Estratégias:

O trote é a forma criada de recepção aos calouros, recém-ingressos na universidade, assim o profissional de Serviço Social pode mobilizar os discentes da universidade para realizar um trote solidário, onde podem ser realizadas ações de

conscientização, como doação de sangue ao hemocentro da cidade, doação de alimentos e materiais de limpeza para organizações socioassistenciais da cidade e limpeza do rio Uruguai, rio que banha a cidade.

O Assistente Social em conjunto com a gestão do campus e das coordenações de curso, pode realizar uma aula inaugural, onde haja a apresentação dos setores do campus, mostrando seus horários de funcionamento, funções e integrantes. Inclusive os representantes do movimento estudantil devem se apresentar, fomentando a participação discente com o movimento estudantil desde seu início na universidade, isso colabora com a ação de mobilização para a gestão do campus e da universidade.

Pode haver também palestras durante o primeiro semestre aos calouros que abordem temas: como economia doméstica, que auxilia na adaptação dos discentes oriundos de fora da cidade sede com sua nova realidade; atenção à saúde, ponto já descrito neste trabalho; reciclagem de materiais e redução de consumo; orientação quanto ao mercado de trabalho; e preservação do patrimônio público.

Também em conjunto com a gestão do campus, pode se estabelecer parceria com a Prefeitura Municipal para a realização de um passeio turístico pela cidade, que contribuiria para a melhor adaptação dos discentes oriundos outras cidades, como também pode haver a realização de um evento com apresentações artísticas e culturais, sendo o cais do porto de São Borja o local mais adequado, pois serve como espaço de lazer aos munícipes, como também tem estrutura para receber tal evento.

Também pode haver a confecção de materiais informativos, tanto digitais como impressos, destinado aos calouros, referentes à realidade acadêmica como: Atividades Curriculares de Graduação (ACG); Disciplinas Curriculares de Graduação (DCG); Currículo Lattes; O que é ensino, pesquisa e extensão; Mapa da cidade apontando a localização dos locais onde encontrar serviços, bens e pontos de ônibus; Resumo das normas acadêmicas; Instruções sobre os programas de assistência estudantil; Resumo da concepção dos cursos; Calendário acadêmico; Horário de atendimento e contatos dos setores do campus e Mapa com a localização das salas de aula.

Em específico aos discentes não procedentes da cidade sede do campus, pode se realizar campanhas para sensibilizar a comunidade São-borjense para a adaptação destes à cidade e a familiarização dos educandos com a cultura de São Borja.

5. Alimentação:

A alimentação constitui-se como um direito social pela Constituição Federal de 1988, e é uma das áreas de atuação previstas no PNAES (2010). Atualmente na UNIPAMPA campus São Borja a única ação neste sentido é o repasse de bolsa no valor de R\$ 130,00 aos discentes com vulnerabilidade socioeconômica. Esta área é fundamental por se tratar da condição de manutenção básica dos discentes, e atualmente apenas os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica têm percebido ações para a alimentação, e a ampliação de ações nessa área devem contemplar os demais discentes.

O campus possui um local que é considerado como Restaurante Universitário (RU) que não está em uso, e a atual gestão da PRAEC divulgou que irá realizar licitação para colocar o RU em funcionamento.

Estratégia:

O profissional de Serviço Social pode estabelecer parceria com as instituições da cidade que trabalhem no ramo de alimentação. No âmbito público, a prefeitura pode ceder algumas vagas no restaurante popular para os discentes. No âmbito privado, que pode consistir em restaurantes, mercados e fornecedores de viandas, pode se estabelecer parcerias com estes para que haja descontos para os estudantes da UNIPAMPA. Se houvesse a presença de um profissional de Nutrição na divisão de apoio aos assuntos estudantis e comunitários NuDE, este poderia atuar na sensibilização dos discentes para criarem hábitos saudáveis de alimentação.

6. Moradia:

A moradia é um os direitos sociais explicitados na vigente Constituição Federal Brasileira, e no PNAES (2010), a moradia estudantil apresenta-se como uma das áreas de ações dessa política. Atualmente na UNIPAMPA campus São Borja há dois

programas para essa área: a bolsa moradia e a bolsa instalação. As duas são repasses de valores financeiros para os discentes utilizarem para a área de moradia. Percebe-se dificuldade dos discentes neste ponto, pois a bolsa moradia geralmente não cobre o valor da estadia destes no município, como expõe a pesquisa de Rios (2011, p. 72) “O auxílio Moradia aparece de forma recorrente como insuficiente. Além do custo elevado com aluguel, fruto de especulação imobiliária, os alunos citaram gastos correlatos, como água, luz, condomínio, etc.” E aos recém-ingresso na universidade há a dificuldade de encontrar residências para alugar.

Estratégias:

Uma das ações do profissional de Serviço Social nesta área pode ser a realização de um controle das moradias onde atualmente os estudantes moram. Assim cria-se uma lista com as residências e quantidades de discentes que moram em cada uma, quando um graduando retirar-se do seu domicílio, atualiza-se a lista e divulga-se a vaga em aberto. Isto facilitaria a procura de moradias, principalmente aos discentes que queiram dividir residência com outros estudantes, além de manter varias opções de domicílios aos estudantes. A lista com vagas contaria com informações da localização e preço das moradias, além de contato com um dos moradores. Deve-se também estabelecer-se parceria com os responsáveis por residências destinadas para aluguel.

Outra ação poderia seria a de incentivar a formação de repúblicas estudantis, pois estas conseguem reunir grande número de discentes com necessidades de moradia, além de geralmente terem opções acessíveis de bens e serviços a estes. Para isso, o Assistente Social deve realizar contatos com proprietários de residências interessados na formação de repúblicas e criar um vínculo de informações sobre estas repúblicas para controle das vagas. Para essas ações, o profissional de Serviço Social poderia contar com a colaboração de um profissional de Relações Públicas e/ou discentes da área de comunicação do campus.

7. Transporte:

O transporte é uma das áreas preconizadas pelo PNAES (2010), e atualmente na UNIPAMPA campus São Borja a única ação neste sentido é o repasse do valor de R\$ 70,00 reais aos bolsistas do PBP dessa modalidade. As ações nessa área têm como objetivo suprir as necessidades quanto à locomoção interurbana dos estudantes para a participação em aulas, trabalhos, seminários e outros eventos acadêmicos. Geralmente os discentes utilizam o transporte público para sua locomoção, principalmente quando necessitam ir para o campus da universidade, já que essa se situa em um local distante da moradia da maioria dos graduandos.

Estratégia:

Uma das ações para o Assistente Social nesta área é de sensibilizar o corpo discente quanto ao uso de bicicletas, já que esta é uma forma de locomoção de baixo custo, é uma atividade física e colabora para a sustentabilidade ao não liberar gases tóxicos ao meio ambiente como os meios de transporte que utilizam motores. Para isso o profissional também deve conseguir junto à gestão do campus um espaço para guardar as bicicletas, e a instalação de chuveiros no campus da universidade, para que estes possam manter sua higiene corporal ao chegar ao campus, fazendo com que os graduandos possam utilizar esse meio de locomoção para chegar até a universidade.

Além disso, pode se realizar uma parceria com o poder público municipal para a construção de uma ciclovia que chegue até o campus, melhorando o tráfego de bicicletas e a segurança dos ciclistas. Com esse fomento, a atenção à saúde dos discentes estaria sendo trabalhada, podendo um profissional de Educação Física atuar junto aos discentes para melhor informá-los sobre a realização desta atividade física.

O Assistente Social também pode realizar uma campanha para sensibilizar a comunidade acadêmica para o uso de caronas, isto reduz o custo de locomoção para esses praticantes, diminuindo o tempo de espera dos discentes quando necessitam se locomover do campus para suas residências. Nessas duas ações pode haver a colaboração de um profissional de Relações Públicas e/ou graduandos dos cursos de comunicação social do campus.

8. Lazer, cultura e acompanhamento:

O lazer é um dos direitos sociais previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988. As ações nessa área têm como objetivo propiciar ambientes favoráveis à socialização e convivência entre a comunidade acadêmica. A necessidade de ações nessa área evidencia-se na pesquisa “A Evasão na UNIPAMPA – Campus São Borja: Diagnóstico e Direcionamentos” (NuDE, 2010), onde a falta de opções de lazer foi citado pelos discentes do campus como um dos potenciais fatores de evasão. Sendo que a tipologia “Infraestrutura externa” ao qual esse ponto faz parte, foi apontado como maior potencial fator de evasão pela pesquisa.

A cultura é um bem socialmente produzido pela humanidade, e os discentes devem ter acesso a estes, sendo a universidade um dos viabilizadores para isso, pois a Constituição Federal de 1988 dispõe no seu artigo 215 que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional [...] (BRASIL, 1996, p. 43)”.

O acompanhamento é um trabalho do Assistente Social que deve suceder o acolhimento, servindo para se aproximar dos usuários e suas realidades para desvelar processos que desencadeiam a formação de expressões da questão social.

Estratégias:

O profissional de Serviço Social pode fomentar a criação de um espaço de convivência no campus da universidade, que tenha como ponto alto o espaço de horários entre turnos de aulas, servindo esse espaço para a socialização de conhecimentos, dando reconhecimento às potencialidades dos discentes.

A participação do Assistente Social neste espaço oportunizaria a este realizar um trabalho de acompanhamento, que seria complementar ao de acolhimento já descrito, pois este espaço possibilitaria ao profissional desvelar a aparência dos fenômenos sociais imbricados no modo de vida de seus usuários, identificaria as dificuldades dos discentes diante de suas graduações, e fomentaria a criação de estratégias para a superação dessas dificuldades junto aos próprios discentes, aproximando sua atuação

junto a seus usuários e fortalecendo a identidade do Serviço Social para com a comunidade acadêmica.

Neste espaço também poderia haver a apresentação de curtas metragens, documentários e videoclipes de músicas para posterior análise dos estudantes, a partir dos focos dos seus cursos, servindo como atividades complementares de graduação (ACG), contando com a colaboração dos docentes da universidade e outras instituições para com essa atividade.

O profissional também pode fomentar a realização de atividades culturais, como teatro e apresentação de músicas, que seriam realizadas nos fins de semana na própria universidade ou um local já utilizado como fonte de lazer, como as praças públicas e o cais do porto. Isso viabilizaria o acesso à cultura, fomentaria o ingresso de alguns discentes na produção de artes.

Essas ações fortaleceriam a formação da identidade estudantil e da UNIPAMPA em si; fomentaria a constituição de uma vida acadêmica e a participação política dos discentes relativa às causas estudantis, como também ocasionaria a melhora da qualidade de vida dos graduandos diante da rotina acadêmica que pode desenvolver distúrbios psicológicos para muitos.

Para estas ações seria necessária a colaboração da gestão do campus, para a utilização dos espaços físicos e da estruturação necessária da atividade pela universidade; do poder público para o uso dos espaços públicos; e a colaboração de profissionais das áreas de Produção Cultural, Relações Públicas, Psicologia, Pedagogia e demais integrantes do NuDE.

9. Programa Bolsas de Permanência:

A entrada dos discentes atualmente acontece a partir da entrega da documentação necessária para comprovar a situação de vulnerabilidade socioeconômica destes junto ao Assistente Social. De acordo com a instrução normativa nº 05/09, para manter-se como beneficiário o estudante deve “apresentar desempenho acadêmico satisfatório, obtendo aprovação em, no mínimo, 60% dos

créditos matriculados no semestre anterior e não tendo reprovação por frequência em nenhuma disciplina no semestre anterior” (UNIPAMPA, 2009).

Atualmente as situações que ocasionam a perda do benefício só são verificadas pelo Assistente Social ao final dos semestres letivos, quando já não há mais possibilidades de alterar a realidade dos usuários no que tange o cumprimento das normas do programa.

Estratégia:

A Universidade deveria criar um sistema informatizado sobre a situação acadêmica dos discentes, que fosse alimentado pelos docentes mensalmente. Assim o profissional de Serviço Social poderia controlar a frequência dos beneficiários do PBP, intervindo em casos de iminência da perda do benefício, antes do final do semestre, assim casos de evasão seriam evitados. Para a criação deste sistema seria necessário à colaboração dos técnicos de informação e do corpo docente do campus.

10. Creche e material pedagógico:

Creche é um dos pontos preconizados pelo PNAES (2010), e atualmente não há ações nesta área na UNIPAMPA campus São Borja. Tem como objetivo oportunizar à discentes que sejam responsáveis por crianças em idade não escolar, poderem realizar seus estudos enquanto estas crianças estejam sob seus cuidados. Material pedagógico configura-se como todo material escolar necessário para a realização de estudos, tais como apostilas, livros, canetas e afins.

Nestes pontos sugere-se a criação de auxílios financeiros, onde para a creche seria mensal para todos os estudantes responsáveis por crianças em idade não escolar, e o auxílio para material pedagógico seria percebido um valor para cada semestre a todos os discentes em vulnerabilidade socioeconômica.

Apesar da criação destes não ser de responsabilidade do profissional Assistente Social do NuDE, e sim da PRAEC, considerou-se importante a citação dessa possibilidade de ampliação da ação da Política de Assistência Estudantil na

universidade, principalmente sobre a área de material pedagógico, pois os beneficiários do PBP na UNIPAMPA segundo Rios (2011, p.72) “[...] têm utilizado os auxílios também para custear a impressão de trabalhos, compra de livros, fotocópia de apostilas, participação em eventos, etc.”

As propostas acima que ampliam a atuação do Assistente Social na UNIPAMPA campus São Borja não necessitam de realização imediata e em conjunto, e nem devem se engessar nestas propostas, pois a realidade está em movimento e novas configurações desta influenciam no processo de trabalho deste profissional, havendo à necessidade da formação continuada, pois “A formação profissional é um processo permanente de qualificação e atualização, porque exige deciframento cotidiano dessa realidade social” (LEWGOY, 2009, p.42). Portanto este profissional deve estar capacitado para perceber as novas configurações das demandas do Serviço Social que vão se constituindo neste espaço sócio ocupacional.

Há de se ressaltar as dificuldades impostas ao profissional de Serviço Social para a realização destas atividades, sendo a falta de profissionais da área, a de maior relevância, pois implica em sobrecarga de trabalho na equipe. Isso é reflexo da própria forma de gestão da educação superior no país, que cria um déficit nos recursos humanos das IFES.

Outra dificuldade encontrada é a burocratização e morosidade das atividades demandadas pela instituição, que podem gerar a exaustão desse profissional, que dificulta o desenvolvimento e realização de estratégias que vão para além das impostas pela UNIPAMPA.

A falta de mais profissionais de outras áreas na divisão de assuntos estudantis e comunitários do NuDE, desconhecimento de outros profissionais e gestores da universidade do fazer profissional do Assistente Social e dos objetivos do NuDE, a falta de recursos financeiros e estruturais também são fatores de relevância que contribuem para o aumento da dificuldade da implantação dessas atividades descritas e outras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou oferecer alternativas, entende-se que viáveis, de ampliação do fazer profissional do Assistente Social da UNIPAMPA campus São Borja, a partir das vivências de estágio supervisionado e também como usuário da Política de Assistência Estudantil. Para isso, discorreu-se sobre a educação superior brasileira, a implantação da UNIPAMPA, a Política de Assistência Estudantil, o Serviço Social na UNIPAMPA campus São Borja, e as possibilidades de ampliação das ações do Assistente Social neste espaço sócio ocupacional.

Percebeu-se que historicamente a educação superior no Brasil constitui-se quase que como uma exclusividade da classe burguesa, ocorrendo nos anos de 1990, um sucateamento das universidades públicas e um aumento quantitativo das instituições privadas, devido à implementação da lógica neoliberal no país. A partir da aprovação do REUNI (2007), ocorre à expansão e reestruturação da educação superior. Com a expansão, advém a interiorização dessa modalidade de ensino com a criação de quatorze (14) novas IFES.

Uma das novas instituições é a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), que é instalada na mesorregião econômica Metade Sul do Rio Grande do Sul, destacando-se no estado por sua estrutura multicampi que abarca a maioria das cidades dessa região, tendo como objetivo colaborar para a superação do quadro socioeconômico crítico desta região.

A instituição efetua uma Política de Assistência Estudantil, contando com uma Pro-reitoria, a PRAEC, que realiza a gestão central desta política. Em cada campus da universidade há a divisão de apoio aos assuntos estudantis e comunitários no NuDE, que realiza essa política de nesses espaços, atuando em interface com a PRAEC.

No campus São Borja, o NuDE conta com dois técnicos em assuntos educacionais e uma Assistente Social, tendo sua imagem ligada ao PBP perante a comunidade acadêmica, devido a este ser o maior programa de assistência estudantil da universidade.

Assim, na UNIPAMPA campus São Borja há somente três áreas que infere o PNAES que estão sendo trabalhadas, a moradia, a alimentação e o transporte, e

somente a partir da concessão de bolsas. A partir desta constatação, o trabalho apontou possibilidades de ampliação de ações do profissional de Serviço Social na instituição. As possibilidades de ações perpassam as áreas de: mobilização direcionadas à gestão da universidade, consolidação do Serviço Social, atenção à saúde, esporte, acolhimento e acompanhamento dos estudantes, lazer, cultura, creche, material pedagógico, além de ações nas áreas já trabalhadas, que são a moradia, a alimentação, o transporte e o PBP.

Mas para a efetivação destas ações, há entraves como o escasso recurso financeiro, a falta de recursos estruturais, a burocratização dos encaminhamentos internos e o déficit de profissionais de Serviço Social e de outras áreas na divisão de apoio aos assuntos estudantis e comunitários do NuDE.

Assim, a UNIPAMPA pode participar do desenvolvimento da região onde está inserida e representar uma oportunidade de ingresso no ensino superior para a camada popular que historicamente esteve à margem desta modalidade de ensino, mas para além do ingresso, a universidade deve prover condições de permanência e boas condições para o desenvolvimento acadêmico e de cidadania de seus estudantes. Portanto, torna-se necessário a implantação de uma Política de Assistência Estudantil que consiga criar essas condições propícias aos discentes, política na qual se insere o profissional de Serviço Social para sua efetivação.

Este profissional, com o domínio das competências teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, deve atuar indo ao encontro do projeto ético-político da categoria profissional. Assim, na UNIPAMPA campus São Borja, o Assistente Social deve ir além da demanda institucional, que é a avaliação socioeconômica para o Programa de Bolsa Permanência, desvelando as expressões da questão social que estão presentes na realidade de seus usuários e realizando intervenções necessárias, além de fortalecer e estimular a mobilização destes para promoção da cidadania, ampliando assim suas ações neste espaço sociocupacional.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ALVES, Jolinda Moraes. **A assistência estudantil no âmbito da política de Ensino Superior Pública. Serviço Social em Revista**. V. 5, N. 1. Jul/dez. 2002. Londrina-PR: UEL, 2002. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br>> Acesso em: 09/10/ 2007.
- ANDIFES. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília; 2011.
- ARAÚJO, Josimeire O. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Assistência Estudantil e Aspectos Epistemológicos, Conceituais e Operacionais. In: **47ª Reunião Ordinária do FONAPRACE**, 2010, Brasília.
- BACKX, Sheila. O serviço social na educação. In: REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (orgs.). **Serviço Social e Políticas Sociais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5.Ed. Cortez. São Paulo. 2007.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- _____. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília: MEC, ago. 2007.

_____. **Lei 11.640**, Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. 11 Jan. Brasília: 2008.

_____. **Ministério da Educação. O PNE 2011-2020: Metas e estratégias.** Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf Acesso em: 10/10/2012.

_____. **Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: 2007.

_____. **Programa Nacional de Assistência Estudantil.** Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Brasília: 2010.

_____. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).** Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Brasília: 2007.

CASTRO, Alba Tereza B. de. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do Ensino Superior no Brasil. *In* **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta.** Brasília, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente:** ensaios sobre democracia e socialismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Lei nº 8662, Regulamentação da profissão de Assistente Social **IN Coletânea de Leis.** Porto Alegre: Palmarinca/Da casa, Porto Alegre; 2009.

_____, Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais **IN Coletânea de Leis.** Porto Alegre: Palmarinca/Da casa, Porto Alegre; 2009.

_____, Resolução CFESS nº 493/06, Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social **IN Coletânea de Leis.** Porto Alegre: Palmarinca/Da casa, 2009.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES**. Brasília, 2004.

_____. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: TC editora; 2011.

_____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2007/2008. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br>> Acesso em: 13/04/2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutorado em Serviço Social). PUCRS. Porto Alegre, 2012.

LEWGOY, Alzira B. MACIEL, Ana. L. S. Reflexões acerca do ensino a distância na formação em Serviço Social. In: **Revista Temporalis**. N.15, Ano VII, jan/jun de 2008. Brasília: ABEPSS, 2008.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Instituto José Luís e Rosa Sundermann. São Paulo, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde>>. Acesso em: 08/10/2012.

_____. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 08/04/ 2012.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a questão social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo, Editora Cortez, 2003.

_____. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOVAIS, L. C. C. et al. **Serviço Social na Educação**: uma inserção possível e necessária. Brasília, set. 2001.

NuDE, Núcleo de Desenvolvimento Educacional da UNIPAMPA campus São Borja. **Evasão na UNIPAMPA – Campus São Borja**: Diagnóstico e Direcionamentos. São Borja; 2012.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

PEREIRA, Samara Cristina Silva; PASSOS, Guiomar de Oliveira. Desigualdade de acesso e permanência na universidade: trajetórias escolares de estudantes das classes populares. IN **Linguagens, Educação e Sociedade**. Teresina, Ano 12, n. 16, jan./jun. 2007.

RIOS, Rafaela. **Avaliação do programa bolsas de permanência da Universidade Federal do Pampa por seus usuários**. Monografia (Especialização em Gestão Pública). UFSM. Santa Maria, 2011.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional IN **Emancipação**, ed.8; pag. 119-132. Ponta Grossa, 2008.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TONET, Ivo. **Marxismo e Educação**. Maceió, 2009. Disponível em:

<http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/MARXISMO_E_EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 20/02/2012.

TRIGUEIRO, M. G. S. **Reforma universitária e ensino superior no País: o debate recente na comunidade acadêmica.** Relatório final de pesquisa. Brasília: 2003.
Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/reformauniversitariaensinosuperiorpais.pdf>>. Acesso em: Jan. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Instrução normativa n.03/2009**, de 31 de março de 2009. Dispõe sobre o Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico da Universidade Federal do Pampa (PBDA). Disponível em:<http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/cat_view/44-instrucoes-normativas>. Acesso em 06/04/2012.

_____. **Instrução normativa n.05/2009**, de 19 de maio de 2009. Dispõe sobre o Programa Bolsas de Permanência da Universidade Federal do Pampa (PBP). Disponível em:<http://www.unipampa.edu.br/portal/documentos/cat_view/44-instrucoes-normativas>. Acesso em 06/04/2012.

_____. Sistema de Bibliotecas. **Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos – conforme normas da ABNT.** Bagé: 2011.

_____. **Portaria n.1564/2011.** Institui a estrutura organizacional da Universidade Federal do Pampa. Bagé. 2011.

_____. **Projeto Institucional 2009.** Bagé, 2009.

_____. **Relatório de gestão do campus São Borja - 2012.** São Borja, 2013.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-370, maio/ago. 2006.